

UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE
CAMPINAS

mestrado

INSTITUTO DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

2008

VIVIANE ROBERTA WOLF CATTOZZI

ANDRÉ THEVET – UM COSMÓGRAFO-VIAJANTE NO BRASIL

Dissertação de Mestrado em História Cultural apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

Campinas

Fevereiro de 2008

**CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Cattozzi, Viviane Roberta Wolf

**C297a André Thevet: um cosmógrafo-viajante no Brasil / Viviane
Roberta Wolf Cattozzi. - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

Orientador: Paulo Celso Miceli.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Thevet, André, 1502-
1590. 2. Cosmografia. 3. Viagens marítimas. 4. Colonização-Brasil. 5. Alteridade.
I. Miceli, Paulo Celso. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: André Thevet: a traveler cosmographer in Brazil

Palavras chaves em inglês (keywords) : Thevet, André, 1502-1590

Cosmography

Sea travels

Colonization – Brazil

Alterity

Área de Concentração: História cultural

Titulação: Mestre em História

**Banca Paulo Celso Miceli, Leandro Karnal, Guilherme Amaral Luz
examinadora:**

Data da defesa: 28-02-2008

Programa de Pós-Graduação: Mestrado em História

VIVIANE ROBERTA WOLF CATTOZZI

ANDRÉ THEVET – UM COSMÓGRAFO-VIAJANTE NO BRASIL

Dissertação de Mestrado em História Cultural apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Celso Miceli.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28 / 02 / 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli (orientador):

Prof. Dr. Leandro Karnal:

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz:

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (suplente):

Prof. Dr. Jefferson Cano (suplente):

Campinas

Fevereiro de 2008

RESUMO

Este trabalho estudou a obra *Singularidades da França Antártica*, de André Thevet, cosmógrafo real francês da expedição França Antártica no Rio de Janeiro. Nosso objetivo foi entender como Thevet construiu-se como cosmógrafo e como inseriu o Brasil em sua cosmografia. Notamos que utilizou-se de três mecanismos para tal: descrição dos tupinambás e seus costumes, valorização da experiência pessoal em detrimento dos escritos da Antiguidade e recorrência a alguns termos cosmográficos da época (latitude, longitude, bússola, astrolábio).

ABSTRACT

This work studied the workmanship *Singularities of Antartic France*, of André Thevet, royal French cosmographer of the expedition Antartic France in Rio de Janeiro. Our objective was to understand how Thevet constructed himself as cosmographer and how Brazil was inserted in his cosmographia. We note that it was used three mechanisms for such: description of Tupinambás and its customs, valuation of the personal experience in detriment of the antiquity's writings and the recurrence to some cosmographical terms of the time (latitude, longitude, compass, astrolabe).

Agradecimentos

Este trabalho de mestrado desenvolveu-se ao longo de três anos e muitas pessoas foram importantes neste período, pelo apoio que ofereceram, pelas leituras atenciosas, pelas conversas sérias e pelas distraídas, pela compreensão nos momentos de isolamento.

Agradeço ao meu orientador, prof. Paulo Miceli, que me orienta desde minha iniciação científica e sempre me indicou caminhos quando me sentia perdida. Obrigada por atender meus telefonemas desesperados em finais de semana e feriados e me transmitir calma e confiança. Queria dizer que ainda se aprende com professores...

Também agradeço aos professores que participaram de minha banca de qualificação: Leandro Karnal, pela descontração e leitura interessada e José Alves, pela delicadeza e leitura tão atenta. À professora Leila Mezan Algranti, sempre inspiradora.

Agradeço também ao Programa de Bolsa Mestrado da Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Ele me permitiu permanecer em sala de aula enquanto pesquisava. Não precisei me privar do precioso convívio com meus alunos, que também me ensinam e acrescentam à minha felicidade. Obrigada a cada um de vocês! Vocês são feras!

Ao meu professor de história do Ensino Médio, Claudião, responsável pelo meu primeiro amor à história. Todos nós sabemos o peso dos primeiros amores...

Existem pessoas para as quais a palavra obrigada é pouco. É o que digo a todos os meus amigos. Cris, Lê, Gui, Mary, Michel, Michele, Nath, Rê, Ric, Rô e Thaís vocês são historiadores especiais! Em especial, à minha grande amiga Marcela, pelo apoio e amizade tão presentes. Aos meus amigos da escola Antonio do Valle, sempre alegres e perseverantes: Alê, Bete, Bianca, Cris, Elaine, Elê, Eliana, Fer, Joanilson, Joel, Kelis, Lucinda, Marcão, Sol e Val. Vocês são o oposto de tudo o que se diz do professor de escola pública.

À minha família pelo amor, apoio e compreensão incondicional. Há alguns (ou muitos) momentos de desespero durante uma pesquisa de mestrado, não fosse a minha família, creio que tudo seria muito mais difícil. À minha mãe, Solange, portadora de uma paciência invejável e meu irmão, Sérgio, por me ensinar a rir em todos os momentos, até nas piores situações.

Ao Cláudio, pelo amor que mudou minha própria história. Responsável por revoluções e pequenas transformações que apenas a longa duração do tempo irá mostrar...

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAPÍTULO 1 – Tupinambá de muitas faces.....	17
3. CAPÍTULO 2 – O passado e o presente na legitimação de Thevet como cosmógrafo.....	43
4. CAPÍTULO 3 – Um cosmógrafo do século XVI.....	65
5. CONCLUSÃO.....	93
6. BIBLIOGRAFIA.....	97

INTRODUÇÃO

“E quem sabe, então
O Rio será
Alguma cidade submersa
Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, desvãos

Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização.”

Chico Buarque de Holanda, *Futuros Amantes*.

Este trabalho tem como preocupação central estudar a maneira como os ameríndios brasileiros foram incorporados ao conhecimento europeu, a partir das chamadas “Grandes Navegações” do século XVI. Para tal, escolhemos como fonte principal de pesquisa os escritos do frade e cosmógrafo francês André Thevet, especialmente sua obra *Singularidades da França Antártica*¹, onde narra a viagem que fez à Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, entre outubro de 1555 e janeiro de 1556. Optamos por esta obra, já que nela o francês relata sua longa viagem ao Novo Mundo, descrevendo em detalhes não apenas o Brasil e a região onde permaneceu, como também as localidades que viu e conheceu em seu trajeto de vinda e volta, além de outras não visitadas, mas das quais extraiu referências de

¹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

relatos, publicados ou não. Além disso, escolhemos Thevet por notarmos em seus escritos a transição entre o mundo empírico e o da ciência, de modo que a sua cosmografia inclui e mistura elementos destes dois mundos presentes na Europa renascentista.

Nossa intenção é entender como o francês construiu sua própria representação do nativo brasileiro e do Brasil e como os incorporou aos conhecimentos cosmográficos de que dispunha ao partir da Europa, rumo ao Novo Continente. Em nenhum momento do livro, vemos Thevet apresentar-se como *religioso*, preferindo sempre assumir-se como *cosmógrafo* da esquadra, e jamais se envolvendo com os ofícios correspondentes à sua condição de frade. No mundo em que nosso cronista vivia, este silêncio religioso é muito significativo, ele representa uma escolha do próprio Thevet, em não querer ser reconhecido como frade e sim como um respeitável estudioso do cosmo. Apesar disso, é importante ressaltar que a religião teve papel fundamental em sua formação, sendo que em muitos momentos Thevet fundamentou os novos conhecimentos e os novos homens aqui encontrados a partir de sua visão religiosa. Ademais, foi através dos estudos religiosos que ele teve acesso aos estudos científicos da época.

De acordo com seus biógrafos, Thevet nasceu em Angoulême, em 1502, desconhecendo-se qualquer referência a sua família, o que pode indicar uma origem simples. Sua educação foi tardia, revelando, às vezes, certa superficialidade, percebida nas citações ligeiras e pouco precisas de autores antigos, como se fosse, apenas, para apoiar-se em sua autoridade, visando legitimar seus conhecimentos. Além disso, não seguia à risca as regras de sua ordem franciscana, tendo-se a referência de que foi preso na Espanha por tais desobediências.²

Em resumo, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma indagação central: como Thevet representou em seu texto cosmográfico o Brasil e seus habitantes? Para buscar respondê-la, serão percorridos três caminhos principais: O primeiro refere-se à própria construção que Thevet fez do nativo brasileiro,

² Idem, p.7.

analisando como o descreveu fisicamente e como considerou os seus costumes, principalmente aqueles relacionados à antropofagia e à religião, que impressionaram sobremaneira nosso viajante. Depois, analisaremos como Thevet procurou conferir autoridade e legitimidade a seus escritos, baseando-se no constante apelo a dois elementos que, a princípio, parecem contraditórios, mas que formaram a base da elaboração dos novos conhecimentos europeus do século XVI: a referência aos antigos e a própria experiência; o que foi lido nos grandes autores da antiguidade e o que foi visto por seus próprios olhos, formando a dualidade quinhentista do conhecimento. Por fim, nossa terceira preocupação de pesquisa refere-se ao conhecimento cosmográfico do século XVI, fortemente concentrado em Portugal, mas que logo acabou espalhado por toda a Europa, chegando à França e ao nosso autor.

A preocupação fundamental de Thevet era ser reconhecido como cosmógrafo da viagem francesa ao Brasil e, por isso, entendemos que os três assuntos tratados nesta pesquisa eram tidos por ele como importantes e legitimadores de seu cargo na esquadra. Falar a respeito do indígena e sua cultura, referir-se constantemente aos autores antigos e modernos compunham o modelo cosmográfico que Thevet adotou e que era, como veremos no capítulo terceiro, muito distinto daquele adotado pelos portugueses e espanhóis do século XVI. Vale ressaltar que não vemos os cosmógrafos quinhentistas portugueses como modelos fechados do que era ser um bom cosmógrafo, apenas os adotamos como referencial de comparação, visto que há mais escritos a respeito destes do que dos franceses e as analogias nos ajudaram a entender qual modelo cosmográfico Thevet procurou seguir em seus escritos.

Esta pesquisa assenta-se nos pressupostos teóricos da História Cultural, orientando-se por uma questão fundamental desta escola teórica: a representação, entendida como o conjunto de idéias que formam o mundo, tanto seus indivíduos como os locais que habitam; não como algo derivado da realidade, mas sim como seu elemento formador, o que inclui as relações que nela se estabelecem. É a partir da representação que se constrói de homem, por

exemplo, que se estabelecem relacionamentos e relações de força e poder com ele, o que fica muito evidente quando lemos os escritos de cronistas do século XVI, recém-chegados à América. A maneira como trataram os nativos e adotaram políticas de colonização está diretamente relacionada ao modo como este ameríndio foi sendo representado pelos viajantes e escritores. Um exemplo claro sobre a relação entre representação e práticas adotadas é o dos dois viajantes franceses ao Rio de Janeiro, André Thevet e Jean de Léry. O primeiro, estudado mais detidamente nesta dissertação, era católico e construiu uma imagem complexa do indígena brasileiro, ora apresentando-o como inferior ao europeu; ora, considerando-o superior aos europeus protestantes. Este posicionamento dual justificou as ações do governo francês em duas vertentes: violência em relação aos indígenas e guerras religiosas na França quinhentista entre protestantes e católicos. Já Léry, que era calvinista e adepto, portanto, da doutrina da predestinação, via os indígenas como condenados ao inferno, por não terem a fé cristã, andarem nus e praticarem a antropofagia. A partir desta constatação, os escritos de Léry levam à idéia que não é necessária, nem justa, qualquer ação de colonização, catequização ou violência para com os índios. As relações a serem desenvolvidas deveriam ser a do comércio e amizade. É certo que, para Léry, o indígena também era inferior ao europeu; porém, as práticas derivadas de tal representação eram opostas às do nosso viajante católico.³

Entre os julgamentos de valor que se fez a respeito dos índios brasileiros, há ainda sua depreciação, pelo fato de não conhecerem a escrita e comunicarem-se apenas pela oralidade. A Europa que saiu em busca das Índias e das novas terras, no final do século XV e início do XVI, valorizava a escrita, entendendo-a

³ André Thevet e Jean de Léry participaram da colonização francesa do Rio de Janeiro chamada “França Antártica”, liderada por Villegagnon e inicialmente com um caráter multireligioso, aceitando tanto católicos, quanto protestantes em suas expedições. Ao lermos os escritos de Léry, notamos que ele via aqui na América a esperança de um mundo sem guerras religiosas e separações. Contudo, o sonho foi frustrado, logo começaram os conflitos entre adeptos do catolicismo e adeptos do calvinismo, de maneira que em pouco tempo a França Antártica ruiu. Os escritos de Thevet e Léry dialogam a partir destes conflitos, um culpando a religião do outro pela falência da França Antártica. Thevet acusava os protestantes de hereges, mais pecadores que os próprios indígenas, já que negaram a verdadeira fé, mesmo já tendo conhecimento dela. Já Léry via os católicos como piores que os canibais, ingerindo o próprio Deus no ritual da eucaristia.

como a única maneira legítima de preservação do conhecimento. Por isso, as expedições eram compostas sempre por um escrivão ou por alguém com o encargo específico de escrever a respeito de tudo o que pudesse ser visto ou sentido. É este o caso do relato que aqui estudamos, visto que André Thevet propôs-se a descrever minuciosamente tudo o que viu e experimentou na sua viagem à França Antártica. Mais do que isso, ele se propôs a escrever um livro sobre essas novas terras a partir de um viés cosmográfico, para o que se valeu de uma série de recursos capazes de legitimar sua obra como a de um cosmógrafo respeitado e experimentado, já que durante o período das grandes descobertas valorizava-se muito a experiência pessoal do narrador com o mundo por ele descrito. Estas questões levaram-nos a explorar o papel da escrita, a partir de duas ordens de problemas: primeiro, verificando como ela foi inserida na representação do nativo brasileiro, considerando sua valorização na Europa e sua ausência no Brasil; em seguida, como Thevet aproveitou-se de uma série de recursos de escrita, com o intuito de legitimar-se como cosmógrafo quinhentista.

CAPÍTULO 1 – TUPINAMBÁ DE MUITAS FACES

“Já vi tudo que nunca tinha visto,

Já vi tudo que ainda não vi.”

Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*,

p.184

Ao abordarmos o discurso que Thevet elaborou sobre o nativo brasileiro, como parte de sua cosmografia, temos de levar em consideração a complexidade e a própria multiplicidade das representações, já que não há uma imagem fixa e imutável do indígena ao longo de toda a obra *Singularidades da França Antártica*, mas uma imagem que se altera, de acordo com o referencial de comparação adotado.

O método comparativo foi muito usado pelos cronistas à época da expansão europeia, na medida em que apenas através da utilização de referenciais já conhecidos é que se poderiam tornar inteligíveis aos leitores europeus – que nunca haviam saído do Velho Mundo – as maravilhas encontradas em um mundo tão diferente. Como ressalta Todorov, a descoberta da América traz um sentimento de estranheza profundo, pois os europeus tinham já algum conhecimento da África, Ásia e China, sendo a América totalmente nova a eles.⁴ As analogias são onipresentes, não havendo um capítulo sequer em que elas não apareçam para descrever a natureza, a paisagem, os animais, os homens, os costumes... Segundo Hartog, a questão da alteridade levanta a da fronteira entre o *eu* e o *outro*, na medida em que é necessário “*inserir o mundo que se conta no*

⁴ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.6.

*mundo em que se conta*⁵. Para a tradução do novo, os escritores do século XVI utilizaram alguns recursos que aparecem constantemente em Thevet: a inversão (onde o *outro* é o inverso do *eu*), a comparação (em que se estabelecem semelhanças e diferenças, bem como graus de superioridade e inferioridade), a transposição (comparação com elementos parecidos, que desempenham papéis semelhantes nas sociedades em questão) e o paralelo (onde a se parece com b, assim como c se parece com d).⁶ Hartog destaca a importância da analogia:

“Tecida do mundo em que se conta, a comparação faz ver. Diretamente: a é como b; ou analogicamente: a é para b como c é para d. Operador de tradução, ela filtra o mundo no mesmo. Ficção narrativa, que tem como garantia o olho do viajante ou o saber do narrador, visa a convencer o destinatário. E se, uma vez puxada a rede, subsiste algo da diferença, trata-se de uma diferença assimilável e mensurável, o que significa que é dominável (na medida em que se podem comparar coisas pequenas e grandes...)”⁷

É importante destacarmos, aqui, uma idéia presente no verbete “Analogia e Metáfora” da *Enciclopédia Einaudi*, onde se considera que quando estamos diante de algo totalmente estranho ou inédito, a analogia torna-se uma necessidade para a descrição, pois não há como descrever o novo sem partir de si:

“Nunca ninguém contestou o papel heurístico das analogias: quando se trata de explorar um domínio desconhecido, de sugerir a idéia daquilo que não é cognoscível, um modelo extraído de um domínio conhecido fornece um instrumento indispensável para guiar a investigação e a imaginação. (...) A partir do momento que um

⁵ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.229.

⁶ Idem, pp.240-245.

⁷ Idem, p.245.

*domínio é inacessível à experiência e à investigação, o sentido dos termos só pode ser analógico.*⁸

Em resumo, quando se está diante do estranho, tudo o que se fala sobre ele é analógico, pois parte-se do eu e de seus conhecimentos para narrá-lo.

Este texto da *Enciclopédia* é de grande importância para o nosso estudo, pois, de acordo com o autor, analogia e metáfora são formas de raciocínio capazes de aproximar dois ou mais elementos. O termo analogia, derivado do grego, significa proporção e o exemplo da matemática é muito evidente: $2/4 = 3/6$. Porém, o texto nos diz que há também um sentido de analogia oposto à noção de proporção, na medida em que se aproximam elementos heterogêneos, com o objetivo de explicar um a partir de outro; um não é *igual* ao outro e sim *como* o outro. E é este último sentido que compõe as analogias dos cronistas. Por exemplo, temos Thevet descrevendo uma anta ou tapir:

*“julgo mesmo que ele participa tanto do asno quanto da vaca, pois não existem animais que, sendo de diferentes espécies, se pareçam tanto.”*⁹

Como vemos por esse excerto, a comparação entre elementos do Brasil e da Europa aproxima coisas que são diferentes (uma anta não é uma vaca, nem um asno); porém, somente através destas aproximações é que os leitores poderiam imaginar o que se estava descrevendo.

Na verdade, ainda segundo o texto da *Einaudi*, é recorrente que se altere um dos termos da metáfora, a fim de dar-lhe veracidade. Assim, lemos em Thevet que o “*cacuycu*” é como os outros macacos, apenas diferindo deles por ter uma barbicha semelhante à da cabra.¹⁰ Os elementos foram aqui alterados, de modo

⁸ Enciclopédia Einaudi. “Analogia e Metáfora”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 11 – “Oral/ Escrito/ Argumentação, 1987, p. 208.

⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.301.

¹⁰ Idem, p.317.

que o animal que o frade descreve não é igual a nenhum macaco conhecido na Europa, apenas parecido com eles, acrescido de uma barba de cabra. Quando nos deparamos com estas descrições – e são muitas, a sensação que temos é a de estarmos diante de um mundo em que as coisas não se encaixam direito, como um grande quebra-cabeça, cujas peças estão fora de seus lugares corretos. Dizer, por exemplo, que certos macacos têm barba de cabra nos remete a um erro, um absurdo quase. No Brasil, onde não há lei, rei ou fé, até mesmo a natureza está fora de ordem.

Mais ainda, é importante lembrar que:

“aceitar uma analogia que se propõe estruturar e avaliar um domínio é, muitas vezes, subscrever o ponto de vista do interlocutor.”¹¹

Isto significa que uma comparação deve sempre ser lida criticamente, visto que expressa o ponto de vista e os valores de quem a elaborou. Esta idéia fica mais clara quando atentamos para as analogias entre os hábitos dos ameríndios e os dos europeus, ou seja, aquelas que envolvem o homem. Nelas, notamos um julgamento de valor muito evidente, de modo que os pares que compõem as comparações ou metáforas já nos dizem muito do que se pensa a respeito do costume ou gesto que se está descrevendo. Assim, as comparações – mais do que esclarecer um gesto tupinambá, acabam por depreciá-lo. Entretanto, não são apenas os modos europeus e ocidentais que servem de referência. Todo um arcabouço de conhecimentos é utilizado para estabelecer paralelos, fazendo com que os tupinambás também sejam comparados aos povos africanos, asiáticos ou àqueles descritos pelos antigos, mas sempre, de igual forma, estas comparações revelam valores.

Vejamos, agora, o paralelo que Thevet traça entre o ritual antropofágico dos ameríndios e os costumes árabes:

¹¹ Enciclopédia Einaudi. “Analogia e Metáfora”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 11 – “Oral/ Escrito/ Argumentação, 1987, p. 213.

*“... os antigos turcos, mouros e árabes possuíam costumes quase idênticos (daí o dito quisera comer teu coração, que ainda atualmente se emprega), usando armas muito semelhantes às dos selvagens americanos, após o contacto dos povos cristãos, forjaram-lhes estas armas com as quais são hoje aqueles povos atacados. Não vá acontecer outro tanto aos selvagens americanos.”*¹²

Assim, Thevet afirma que os rituais tupinambás são tão bárbaros quanto os de turcos e árabes. Se levarmos em consideração as inúmeras passagens de *Singularidades* em que há referências negativas aos povos árabes e muçulmanos, percebe-se quanto era depreciativo igualar os ritos *selvagens* aos desses povos.

As *Singularidades* tratam de muitas outras coisas que Thevet viu no Brasil, tais como: vegetação, hidrografia, animais, flora, etc. parecendo que o esforço descritivo do autor queria dar conta de todos os seus aspectos, com o que se tornaria um cosmógrafo, algo mais do que um simples escrivão. Contudo, o que mais detém sua atenção nos lugares longínquos são os habitantes, cuidadosamente descritos em seus aspectos físicos e culturais, com destaque para a religiosidade e a antropofagia, já que confrontavam diretamente os costumes e cultura europeus, aos quais o escritor estava habituado.

Logo no princípio de sua descrição da Baía de Guanabara, Thevet afirmou ser ela

“... habitada por povos maravilhosamente estranhos e selvagens, sem fé, lei, religião e civilização alguma. Isso sem falar nos cristãos que após Américo Vespúcio, vieram colonizá-la. Os selvagens vivem à maneira dos bichos, tais como os fez a natureza, alimentando-se de raízes e andando sempre nus, tanto homens como mulheres, pelo menos até que, ao contato com os europeus,

¹² THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.233.

*se venham despojando, aos poucos, dessa brutalidade e vestindo-se de um modo mais conveniente. À vista do que devo louvar afetuosamente ao Criador por me ter esclarecido a razão e por não ter permitido que eu fosse um bruto semelhante a um desses pobres selvagens.”*¹³

Este parágrafo é muito rico para o entendimento da representação que Thevet fez do tupinambá. Primeiramente, destacamos a palavra que recorrentemente utiliza para referir-se a eles, que é “selvagem”, aquele que vive a maneira dos animais e não passou por um processo de civilização e transformação, o que os tornava inferiores aos europeus. A diferença era tão grande que o cosmógrafo agradecia a Deus por não ter nascido entre os brutos, mas em regiões onde a razão já estava desenvolvida. A partir daí, Thevet concluiu ser necessário catequizar e colonizar estes indígenas, para retirá-los da escuridão em que se encontravam. A chegada do branco à América era louvada pelo francês, não apenas porque Deus quis mostrar mais uma parte de sua criação ao homem, mas também porque permitiu ao europeu espalhar seus costumes e crenças àqueles que não os conheciam. A descoberta da América tornava-se, então, o ato de redenção e uma promessa de salvação para os povos tidos como perdidos.

Além disso, como era usual entre os viajantes de seu tempo¹⁴, Thevet analisava a cultura do outro, sempre partindo de sua própria cultura ou daquelas de que tinha conhecimento (por exemplo, as culturas africanas e asiáticas, com as quais os europeus tinham contato mais antigo). É por conta disso que ele afirmou serem os tupinambás um povo sem fé e sem lei, pois lhes faltavam referências e até curiosidade sobre sua organização social. Assim, à falta de um sistema de poder parecido com o que já se conhecia na Europa, afirma-se que não havia qualquer lei entre eles. Do mesmo modo, os nativos tinham um conjunto complexo

¹³Idem, p.175

¹⁴ Existem muitos exemplos de viajantes que analisaram a cultura do *outro* a partir de sua própria cultura, como Jean de Léry, Hans Staden e Pero de Magalhães Gandavo

de crenças, só muito posteriormente estudadas pelos antropólogos, mas que não se encaixavam nos sistemas religiosos conhecidos por Thevet, levando-o a pensar que não criam em nada. Os tupinambás não construíam templos, nem tinham ídolos à maneira dos encontrados na Europa, África ou Ásia, impedindo Thevet de ver religiosidade entre eles. Os viajantes do século XVI vinham para a América carregando seus próprios conceitos de mundo, e dificilmente conseguiam perceber o outro que estava diante de si. Muitas vezes, já tinham um conhecimento prévio do que iriam encontrar aqui, pois liam relatos de outros viajantes e acabavam por confirmar o que os olhos anteriores já tinham visto. A frase das *Singularidades* citada acima: “*sem fé, lei, religião*”¹⁵ aparece em outros escritos de viagens, como por exemplo, em Gandavo e Jean de Léry. Sobre isto, Peter Burke afirma:

*“(...) Pode-se mostrar que alguns viajantes haviam lido sobre o país antes de nele porem os pés e, ao chegar, viram o que haviam aprendido a esperar.”*¹⁶

Esta idéia de que os indígenas não tinham religião não foi compartilhada pelos cronistas da América Espanhola, já que aportaram em regiões cuja religiosidade compreendia a construção de templos e imagens.

Analisando a obra de Thevet, podemos notar que nosso cosmógrafo caiu em contradição, ao qualificar os indígenas de idólatras. Ao observar os pajés que perambulavam pelas tribos, trazendo informações dos antepassados já falecidos, e por isso muito bem tratados pelos indígenas, Thevet os acusa de enganadores, falsos, que dizem mentiras aos pobres índios para viverem às suas custas. O poder e influência que estes pajés ou caraíbas exerciam sobre os nativos indignavam Thevet, que os criticou ao longo de todo o seu relato. O respeito que os tupinambás devotavam aos pajés e a crença que depositavam em suas falas

¹⁵Idem, p.175

¹⁶ BURKE, Peter. *O que é história Cultural*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, p. 86.

transformavam-nos em idólatras de falsos profetas: “São os índios, realmente, idólatras, não menos que os antigos gentios.”¹⁷

Além disso,

“Esse povo assim afastado da verdade - além das perseguições que sofre do espírito maligno e além dos seus sonhos errôneos - mantém-se ainda tão fora da razão que adora o diabo, por meio de seus ministros, chamados pajés, ou caraíbas, dos quais já falei. Esses pajés, ou caraíbas, são gente de má vida, que se aplica a servir ao diabo com o objetivo de tirar partido de seus companheiros. Tais impostores, para encobrir sua malícia e fazerem-se honrar pelos demais, comumente não permanecem muito tempo no mesmo sítio. Assim se tornam vagabundos, errando, cá e lá, pelos matos e outros lugares, não tornando, juntamente com seus companheiros, senão raras vezes e em determinadas horas.”¹⁸

Esta contradição de Thevet, de chamá-los de sem fé para, logo depois, classificá-los como idólatras, na medida em que adoravam o diabo, através da veneração de seus pajés, está diretamente relacionada ao que Peter Burke escreveu a respeito de os europeus trazerem nos navios seus próprios conceitos, o que, aliás, dificilmente não ocorreria. Por isso, a princípio, Thevet repetiu uma frase já dita na Europa, de que os nativos americanos não tinham qualquer religião ou crença, mas, por conta de sua estada no Brasil e sua convivência com os índios, acabou alimentando outro conceito, também trazido na sua bagagem de religioso quinhentista, de que é impossível qualquer homem ter um total desconhecimento de Deus.¹⁹ Além disso, há em Thevet a idéia de que Deus

¹⁷ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.213.

¹⁸ Idem, pp.214-215.

¹⁹ Sobre a questão da descrença no século XVI, é importante lembrar o livro de Lucien Febvre sobre Rabelais – FEBVRE, Lucien Paul Victor, *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução: Rui Nunes, Lisboa: Início, 1970 – em que o autor questiona a própria possibilidade de ser ateu à época em que Thevet viveu e formou seus conceitos.

revela-se de maneiras diferentes e incompletas ao homem. Aos indígenas, foi dada uma pequena porção do divino, de modo que apontam para a existência de um ser supremo, criador de tudo, o qual chamavam de Tupã. Além disso, são atormentados pelo diabo, que aparece em seu meio através dos falsos profetas e sonhos diabólicos, representados, por exemplo, por *agnan*, um espírito maligno que os atormenta.

Thevet também acreditava que Deus revelava-se gradualmente aos homens, de acordo com o grau de evolução civilizadora em que se encontravam. O historiador José Alves de Freitas Neto, em seu estudo sobre Bartolomé de Las Casas, explica que havia no século XVI a idéia de que após a queda do homem do paraíso, ele teria perdido o contato direto com Deus e a revelação deixou de ser acessível como antes. A presença de Cristo na Terra teria melhorado tal situação, porém não totalmente, já que o próprio messias falava por meio de metáforas e parábolas, dificultando o entendimento.²⁰ Desta forma, a revelação era percebida gradual e relacionada ao conhecimento da verdadeira religião. Há também nos escritos de Thevet a idéia da universalidade humana, de que todos são homens, criaturas de Deus e, por isso, todos podem ser súditos, justificando-se o processo de colonização. Se, por um lado, os indígenas estavam muito aquém da revelação divina que Deus concedera aos europeus; por outro, o frade condenava os seus conterrâneos que queriam ir além do que Deus havia revelado e concedido aos homens:

“Não me canso de admirar como, em um país policiado e civilizado, deixem-se pulular tantas torpezas, com um sem número de velhas feiticeiras, que põem ervas nos braços, penduram escritos no pescoço e sabem inúmeros mistérios ou cerimônias próprias para a cura de febres – também verdadeira idolatria, digna de séria punição. (...)

²⁰ FREITAS NETO, José Alves de. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003, p.97.

Oh, que cega brutalidade! De que servem as Santas Escrituras, as leis e outras boas ciências, das quais Nosso Senhor deu conhecimentos à humanidade, se vivem todos em erro e ignorância, tanto quanto esses tristes índios e mais selvagens que os brutos animais? E pretende o homem, todavia, professar a virtude. E pretende saber muito!”²¹

Aqui, ressalta a crítica de Thevet a algumas práticas religiosas européias, que subsistiam apesar de toda a revelação que Deus ofereceu ao Velho Mundo. O cosmógrafo indignava-se pelo mau uso do conhecimento que faziam alguns homens, tornando-os ainda piores do que os selvagens, que se salvavam do crivo crítico por sua inocência. Há referência neste trecho à feitiçaria, tão condenada pela Inquisição quinhentista e também pelo nosso católico, que concordava com Platão²², para quem a verdadeira magia é apenas aquela que busca o conhecimento e louvor de Deus. Mas, ainda pior do que as bruxas eram, para o autor das *Singularidades*, os homens que ele chamou de “ateus”, que começavam a se manifestar na França das guerras religiosas e eram aqueles que negavam a verdadeira fé – católica - para se envolver com o protestantismo ou vagar pela França em busca de um credo que agradasse melhor seus desejos:

“Essa pobre gente, por maior que seja seu erro ou ignorância, é, sem comparação, muito mais tolerável do que os condenáveis ateístas dos tempos atuais, os quais, embora feitos à imagem e semelhança de Deus eterno (pois não deixa o homem de ser a mais perfeita das criaturas), pretendem despojar-se de seus predicados,

²¹THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.219.

²² É importante lembrarmos que é uma leitura de Thevet dos escritos de Platão, partindo de uma premissa católica.

como que se equiparando aos animais selvagens. Isso, apesar dos milagres. Isso, não obstante o ensinamento das escrituras.”²³

Ao comparar os indígenas a estes europeus ateístas, André Thevet confessa preferir a ignorância dos índios à negação dos civilizados, a ponto de dizer que estes devem ser tratados como bichos, já que seres racionais se rendem à obediência a Deus.

Para melhor compreender o pensamento de Thevet, não se deve perder de vista o contexto em que ele escreveu sua obra, quando a Europa passava por turbulências e guerras religiosas que sangravam a França de modo muito específico. Ali, Protestantes e Católicos enfrentavam-se diretamente nas ruas e causavam verdadeiras chacinas.²⁴ Mais do que indignado com a ausência do conhecimento do cristianismo entre os indígenas, Thevet parecia estar preocupado com os rumos religiosos que seu país de origem vinha tomando, visto que não se conformava com tornava o avanço do protestantismo ou com a tolerância às práticas das *feiticeiras*, que ele classificou de “verdadeira idolatria, digna de séria punição”. Sua apreensão era maior porque a França já passara pelo processo civilizador, tendo obtido uma maior revelação de Deus, que estava sendo desprezada ou manchada.

Ao tratarmos da forma como Thevet abordou a religiosidade indígena, devemos destacar que, em determinados momentos de sua obra, descreveu rituais religiosos sem notar sua conotação religiosa, justamente por se tratar de experiências com o divino muito diferentes dos referenciais que trouxera da Europa. Veja-se, por exemplo, sua descrição dos objetos sagrados nativos:

²³ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.221.

²⁴ A Reforma protestante, que se propagou a partir da Alemanha durante o reinado de Francisco I, havia atraído muitos seguidores; mas nas décadas de 1540 e 1550, os postulados e doutrinas de João Calvino conseguiram o apoio de muitos partidários entre a nobreza e o povo simples. Henrique II considerou o calvinismo uma ameaça à autoridade real e tentou acabar com ele. Sob o reinado dos três filhos que lhe sucederam, as guerras de religião (onde se misturaram conflitos religiosos, políticos e dinásticos) dilaceraram o país.

“Cada família guarda e reserva para si uma espécie de fruto do tamanho do ovo do avestruz..., atravessado, de um lado a outro, por um bastão de ébano, com pé e meio de comprimento. Uma das extremidades do bastão fica plantada no solo, ao passo que a outra extremidade é guarnecida por belas penas arrancadas de uma ave muito vermelha, chamada arara. Tem esse fruto muita honra e reputação entre os selvagens, que o consideram como seu Tupã. E os tais profetas, quando aparecem, fazem-no falar de lá de dentro, surpreendendo o segredo dos inimigos ou, como afirmam, recebendo notícias das almas dos mortos queridos.”²⁵

Notamos que Thevet, embora tenha descrito com detalhes um objeto sagrado entre os indígenas brasileiros e tê-lo associado aos rituais praticados pelos pajés, não o associa a uma religiosidade constituída e consolidada. No máximo, são objetos de idolatria implantados pelo diabo entre os tupinambás, mas de maneira nenhuma elementos constituintes de formas específicas de religiosidade. Não há aqui componentes que permitiam traçar um paralelo com o cristianismo, nem mesmo com as religiões das quais tinha conhecimento, tais como o politeísmo de certas tribos africanas ou o islamismo árabe.

É certo que a religiosidade, ora ausente, ora idólatra dos homens que encontrou no Brasil impressionou muito Thevet; porém, o que se destaca em sua narrativa sobre a cultura tupinambá é o ritual antropofágico, em que os nativos devoravam em uma elaborada cerimônia seus inimigos de guerra. A maneira como o cosmógrafo real narrou as próprias guerras de que resultavam os prisioneiros já nos diz muito do juízo que ele faria de tal ritual. Para Thevet, as guerras são absurdas por serem, sempre, baseadas na vingança de atos cometidos no passado. Os indígenas atacam, sempre, porque tiveram seus antepassados feridos, aprisionados e até mortos por outras tribos. A vingança

²⁵ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.226.

torna as brigas intermináveis, não havendo qualquer noção de perdão, virtude suprema do cristianismo, quando se consegue o perdão de Deus através do sangue de Cristo. É nisso que Thevet acredita, de modo que a ausência do perdão em uma cultura acaba por torná-la ainda mais selvagem e condenável, pois *“Amar a vingança é o mesmo que odiar o próximo, o que totalmente repugna a lei”*²⁶, como faziam os indígenas, que amavam a vingança e zombavam de quem perdoava seu inimigo e não o devorava, com o que se alimentava uma prática circular, tornando-se mal visto o prisioneiro que sofria ou chorava no momento de sua morte, já que era honroso morrer nas mãos do inimigo, certo de que seria vingado por sua tribo.

É com detalhes que nas *Singularidades* se descreve o ritual antropofágico: os prisioneiros de guerra permanecem um tempo na tribo, são bem tratados e recebem uma mulher jovem, que pode ser a filha de seu capturador. Seu tempo de vida era contado pela observação da lua, colocando-se em seu pescoço colares com bolinhas que iam sendo retiradas conforme o passar das semanas. É interessante notar que Thevet diferencia o ritual antropofágico dos tupinambás do que era praticado pelos índios do Maranhão, cujo ritual era terrível, sem ao menos a vingança para o justificar. Estes são chamados de canibais, que para o frade são aqueles que vivem exclusivamente da alimentação de carne humana, diferenciando-se dos tupinambás, que só a ingerem nos momentos de pós-guerra, alimentando-se apenas dos inimigos que trazem consigo. Vejamos como ele descreve os canibais do Maranhão:

“Esses povos, do cabo de Santo Agostinho até perto do Maranhão, são mais cruéis e desumanos do que qualquer outro da América, comendo ordinariamente carne humana, assim como a gente come carneiro (senão com maior prazer ainda). E asseveramos que é difícil, quando se apoderam de algum prisioneiro, livrá-lo das suas mãos, pois têm a avidez dos leões famintos. Não há animal

²⁶ Idem, p.248.

feroz nos desertos da África ou da Arábia, que apeteça tão ardentemente o sangue humano quanto esses mais que brutais. Por isso, ninguém pôde ainda harmonizar-se com eles, quer os europeus, quer os demais povos americanos.”²⁷

Os canibais são aqui animalizados, transformados em feras, que têm prazer no sangue e carne humanos, não havendo qualquer razão que pudesse explicar sua prática de devorar homens, a não ser o fato de serem irracionais, como reforçou Thevet, em outra passagem:

“Os canibais e indígenas do litoral do rio do Maranhão são ainda mais cruéis em relação aos espanhóis, excedendo os da Guanabara em atrocidade, quando se entregam às mesmas cerimônias. A história não fala de nenhum povo, por mais bárbaro, que use de tão excessiva ferocidade. Apenas se sabe (por Josefus) que, quando os romanos invadiram Jerusalém, a fome, depois de já não haver um só alimento, constrangeu as mães a matar e devorar os filhos.”²⁸

Aos tupinambás, restava a justificativa da vingança; aos romanos, a fome; aos canibais, a desumanização. Ao lermos todo o relato de Thevet a respeito dos costumes dos indígenas que viviam na região do Maranhão, notamos que seus costumes eram muito próximos aos dos tupinambás, de forma que a antropofagia também assumia o papel de vingança e estava associada às guerras tribais. O que o leva a animalizar estes indígenas e relativizar os costumes tupinambás é o relacionamento que cada tribo estabelece com os europeus. Os tupinambás eram amigos dos franceses, recebiam-nos bem e comercializavam com eles, ao passo que os outros negavam qualquer tipo de contato, reagindo violentamente à colonização.

²⁷Idem, p.363.

²⁸Idem, p.245.

Deparamo-nos aqui com uma questão teórica importante, que diz respeito ao conceito de representação, fundamental para esta pesquisa. É certo que os primeiros relacionamentos entre indígenas e europeus determinaram a representação que o branco fez dos nativos da América, e a maneira como Thevet descreveu os indígenas do Maranhão demonstra isto. Todavia, a representação que se fez destes indígenas também determinou novos relacionamentos e ações, já que Thevet afirmou ter sido extremamente violenta a reação europeia em relação às tribos que reagiram à colonização pacífica. É evidente que Thevet defendia estes atos violentos, sem qualquer pudor em falar das chacinas então cometidas. Para os europeus, assassinar estes indígenas era como caçar animais selvagens, que ameaçavam a existência e os interesses europeus no Novo Mundo.

Sob a perspectiva de Roger Chartier, para quem *“a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”*²⁹, queremos mostrar a partir de que valores foi construída a imagem do tupinambá e do Brasil nos escritos de André Thevet. É evidente que o Brasil foi conhecido no século XVI, na Europa, através destes relatos e de seus paralelos, de forma que podemos imaginar as conseqüências destas metáforas em seus leitores. Laura de Mello e Souza lembra-nos que não é possível ver o Brasil quinhentista fora das impressões destes cronistas:

“Onde termina a Europa, onde começa o Brasil? É possível pensar o que seríamos sem o colonizador português – ou mesmo sem Maurício de Nassau, sem Nicolau de Villegagnon, sem Thevet, sem Léry, Hans Staden, o pirata Knivet, todos nos contando suas

²⁹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p.16-17.

*impressões de europeus exilados nos trópicos, deformando irreversivelmente, ao registrar o que viam, cheiravam, sentiam?*³⁰

Para entendermos a complexidade da representação que Thevet elaborou do tupinambá, devemos levar em consideração que esta representação não era fixa e imutável, mas que variou durante toda a sua obra, dependendo do referencial de comparação que se adotava. Desta maneira, quando comparado com os europeus católicos, que andavam vestidos – com roupas e com o cristianismo –, o índio era um ser inferior, a quem Deus ainda não havia se dignado a olhar e a se revelar. Neste sentido, o europeu tinha muito que oferecer e ensinar ao brasileiro, colocá-lo no caminho da civilização e da salvação, justificando-se assim todo o processo de colonização e dominação de um povo sobre o outro. Por outro lado, quando comparado a outros povos, o índio poderia ganhar uma posição privilegiada e seus costumes uma conotação até positiva. É o caso de quando Thevet os comparava aos “hereges” europeus, tais como as feiticeiras, os protestantes, os ateus ou europeus adeptos de uma seita nudista por ele citada. Também eram superiores a alguns muçulmanos, que já conheciam os cristãos e se negavam à conversão. Também eram elevados, quando comparados a alguns povos antigos, politeístas e sem conhecimentos da verdadeira religião; ou quando comparados a tribos africanas, com as quais os europeus já mantinham contato há alguns anos e que do mesmo modo eram politeístas.

Se pensarmos que André Thevet permaneceu apenas dez semanas na Guanabara, podemos dizer que o sul do Brasil e seus habitantes ocupam um papel importante e até desproporcional no conjunto de suas obras. Em *Singularidades*, o autor trata praticamente apenas do Brasil, descrevendo com mais superficialidade as regiões por onde passou em sua vinda e volta à Europa. O sonho perdido da França Antártica, que rapidamente faliu, assombrou também os quatro volumes de sua *Cosmografia Universal* (1575), cujo capítulo XXI é todo

³⁰ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.14.

dedicado à descrição dos tupinambás. Em *Vrais Portraits* retrata “Quoniambec”, líder indígena; em *Historie de deux voyages aux Indes Australes et Occidentales*, há novamente uma visão do indígena brasileiro, enriquecida com novos documentos, e em *Grand Insulaire* havia oito mapas da região ocupada pela França Antártica, entre Macaé e Angra dos Reis, dos quais quatro existem até os dias atuais.

O Brasil, entendendo-se sempre a região em que permaneceu no Rio de Janeiro, era referência constante para Thevet, um termo obrigatório para falar da natureza, costumes ou moral dos outros três continentes que também visitou e abordou em seus escritos. Havia um modelo cosmográfico na época, em que se traçavam paralelos entre regiões da Terra tidas como correspondentes ou opostas (norte/sul; ocidente/oriente), e neste sistema, o Brasil era o grande elemento de comparação. Assim como o rio Amazonas era comparado ao rio Ganges, as populações também podiam ser comparadas, como afirmou Lestringant:

“Por virtude do modelo cosmográfico, que aproximou extremos e os separou, de acordo com os ciclos dos céus, equivalências laterais do Oriente e Ocidente ou oposições verticais do Norte para o Sul, o Brasil se tornou o modelo universal de comparação permitindo uma descrição de uma unidade variada de natureza e nações que preenchem a Terra. Equivalências longitudinais de acordo com os paralelos, equivalências diagonais de acordo com as elipses foram inspiradas pelo simbolismo climático, mas também foram traduzidas na estrutura dos continentes.”³¹

Nestas comparações e paralelos, o Novo Mundo torna-se um espelho do Velho Mundo, o Brasil é como um modelo que poderia ser generalizado para

³¹ LESTRINGANT, Frank. *Mapping the Renaissance World – The geographical Imagination in the Age of Discovery [L’Atelier du Cosmographe]*. Tradução: David Fausett. Califórnia: University of California Press, 1994, p.54.

outros lugares, assim como os tupinambás poderiam servir de modelo para a descrição de qualquer outro povo, assumindo imagens ora positivas, ora negativas. Mais do que um espelho, o tupinambá é um espelho quebrado, capaz de refletir várias imagens em si, de acordo com a necessidade de comparação de Thevet. Isto porque o saber cosmográfico do século XVI associava em si culturas de regiões muito diferentes e distantes, sendo a distância não apenas geográfica, como também temporal, como destacou Lestringant:

“Era parte do trabalho dos cosmógrafos profissionais associar, neste sentido, pessoas separadas por oceanos e descobrir entre elas pontos de semelhança e diferença.”³²

Um exemplo dos diferentes papéis que os tupinambás assumem na cosmografia de Thevet aparece na descrição de sua nudez. Se comparados a alguns povos africanos ou aos índios canadenses, são tidos como inferiores; porém, se comparados a uma ideologia europeia que prega o nudismo, são tidos como superiores, amparados pela noção de que assim se portam por inocência e não por escolha. Assim, vejamos como Thevet compara os nativos brasileiros aos outros povos:

“... em geral vivem totalmente nus os bárbaros, etíopes e alguns outros povos das Índias, cobrindo apenas, com estojos de algodão ou de peles, as partes vergonhosas – o que é, em comparação, mais tolerável que o costume dos selvagens americanos, os quais andam todos nus, homens e mulheres, tais como saíram do ventre materno, sem que disso mostrem nenhum pudor ou vergonha.”³³

³²Idem, p.55

³³ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.181

Contudo, um pouco adiante, o discurso se altera:

“Parece-me, entretanto, não é a vontade ou mandamento de Deus. Bem sei que alguns heréticos, chamados, adamitas, defendem falsamente tal teoria e vivem seus sectários nus, à moda dos ameríndios, assistindo e orando em suas sinagogas. Mas, seu erro é evidente, pois testemunham as Santas escrituras que só antes do pecado original viviam nus Adão e Eva, cobrindo-se depois de peles, tal como fazem, atualmente, os índios do Canadá. Esse erro tem sido imitado por muitos, tais como os turlupins e os filósofos chamados cínicos, os quais ensinavam, publicamente, que o homem não devia ocultar aquilo que lhe proporcionara a natureza. E mostram-se estes heréticos mais impertinentes do que os selvagens americanos, uma vez que já possuíam o conhecimentos das coisas.”³⁴

A qualificação dos nossos indígenas como bárbaros é constante, quando Thevet descreve seus hábitos e costumes. Por exemplo, ao referir-se à prática de perfuração dos lábios, para introdução de pedras verdes, o cosmógrafo afirmou tratar-se de um ato de extrema barbárie contra si mesmo, o que também mostrava que não possuíam qualquer noção de estética. Todavia, cabe ressaltar que sempre que possível Thevet engrandece alguns hábitos tupinambás para depreciar o que acha errado em sua própria sociedade, para criticar os costumes sociais europeus ou franceses, com os quais não concordava, o que aparece, por exemplo, na descrição do comportamento dos indígenas no momento da refeição:

³⁴ Idem, p.183

“Mas, durante as refeições, guardam um estranho silêncio, - costume mais louvável que o dos europeus, que têm o hábito de se porem muito sem cerimônias à mesa.”³⁵

Ao assistir a um funeral indígena – outro exemplo –, Thevet louvou o ato de devolver ao morto tudo o que ele havia emprestado a seus amigos em vida, criticando seus conterrâneos por dificilmente devolverem aquilo que não lhes pertencia. Mais ainda, ao comparar os profetas indígenas a homens que considerava charlatões na França, identificou novos problemas a que sua sociedade de origem estava sujeita:

“Não se pode comparar melhor estes velhacos senão aos numerosos impostores e charlatões de feira, que, em França, conseguem iludir facilmente as pessoas ingênuas, fazendo crer que podem sarar todos os males curáveis e incuráveis - no que eu acreditaria perfeitamente se a ciência fosse feita ignorância e a ignorância ciência.”³⁶

Aqui estamos diante de uma situação típica do início da Idade Moderna, com uma Europa em dificuldades para lidar com problemas da natureza ou com as doenças e uma aversão àqueles que arrumavam maneiras para tentar superar tais agravos.³⁷ Thevet criticava severamente os chamados curandeiros, bem como as mulheres que se prestavam a atividades relacionadas à cura de doenças comuns, acusando-os de feiticeiros e alinhando-se à versão oficial da Igreja e ao discurso da Inquisição.

A idéia de o índio ser um referencial móvel, mudando seu valor de acordo com os parâmetros estabelecidos pela narrativa, fica muito evidente quando

³⁵Idem, p.187.

³⁶Idem, p.277.

³⁷ DELUMEAU, Jean. “Onipresença do medo”. In: *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. Tradução: Maria Lúcia Machado. Tradução das Notas: Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.41.

analisamos as comparações estabelecidas entre estes e os povos islâmicos. O parágrafo abaixo, em que Thevet descreve as casas tupinambás, mostra esta dualidade:

“Essas habitações são mais toleráveis que as dos árabes e tártaros, que jamais constroem casas permanentes, errando cá e lá como vagabundos; embora se governem árabes e tártaros por certas leis, ao contrário dos selvagens americanos, que só conhecem as da natureza.”³⁸

A relação que Thevet estabeleceu com o povo árabe tem muitas facetas, embora possamos dizer que a imagem geral que faz deste povo seja pejorativa. São melhores que os índios, porque o frade percebe entre eles uma determinada organização social que ainda não consegue ver entre os habitantes do Novo Mundo, composta por leis, preceitos e religião. O problema é que não concorda com estas leis e nem aceita a religião alheia, classificando seus seguidores de hereges, adeptos de uma religião diabólica. Deste modo, são melhores porque não são selvagens, encontraram um caminho para a civilização, mas é o caminho errado, inaceitável para um cristão europeu da época. É notório que a constante comparação entre os nativos e os árabes também lhe permite exibir seu conhecimento universal, a respeito da diversidade dos homens, um conhecimento desenvolvido diretamente por ele, a partir da experiência acumulada em diferentes regiões do mundo.

Para entendermos toda a complexidade da representação que Thevet elaborou a respeito do tupinambá do Rio de Janeiro, também temos de levar em consideração o fato de ele ser militante da Contra-Reforma, a ponto de passar tempo de sua vida exilado em Roma. Assim, para combater a idéia protestante da predestinação, que considerava condenados os habitantes da América, Thevet procurava, nos mais distantes povos, pequenas chamas da luz divina, prontas

³⁸ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.265.

para serem queimadas, de modo que o cristianismo perdido na Europa estava pronto para ser reconstruído no Novo Mundo. Ao lermos as *Singularidades* com atenção, percebemos que o autor procurava demonstrar que, embora selvagens e hereges, os nativos faziam pequenas demonstrações de estarem próximos à conversão. Novamente, vemos uma imagem contraditória, onde o índio era visto ora como homem da natureza, ora como alguém afastado dela, visto que embora ressaltasse sua barbárie, quando pensava em termos de religião, Thevet insistia em buscar elementos que pudessem torná-los civilizados e próximos da salvação. Por isso – além de afirmar que os indígenas reconheciam determinada autoridade divina, conhecida como Tupã –, o autor das *Singularidades* registrou que os indígenas eram atormentados pelo diabo, o qual chamavam de *agnan*, e que após a morte as almas ficam gemendo em um vale de dor.³⁹

Podemos observar que Thevet nunca reduzia a realidade ou a imagem que criava, mantendo sua pluralidade, de acordo com seus interesses ou padrão de comparação, de modo que esta junção de contrastes mostra o espírito geométrico inerente ao método cosmográfico de seu tempo.

É importante notarmos que o francês também estabeleceu comparações entre os indígenas tupinambás e os antigos povos, conhecidos das suas leituras. Há toda uma equivalência entre brasileiros e certos personagens e costumes gregos e latinos, de maneira que se para Thevet gregos e latinos eram a origem da Europa, pode-se afirmar que, quando escrevia sobre o Brasil e seus habitantes através destes paralelos, retornava-se, mais uma vez, à Europa, sobre o que escreveu Lestringant:

“Assim, a abordagem etnográfica Americana poderia parecer, ao mesmo tempo, um manual de arqueologia européia.”⁴⁰

³⁹ Aqui vemos novamente Thevet posicionar-se contra a reforma protestante, visto que estes afirmavam não haver qualquer manifestação das almas aos seus viventes, enquanto que a Igreja Católica e sua Contra-Reforma dizia que as almas gemiam à espera de orações que as tirassem de terríveis lugares e as conduzissem ao céu.

⁴⁰ LESTRINGANT, Frank. *Mapping the Renaissance World – The geographical Imagination in the Age of Discovery [L'Atelier du Cosmographe]*. Tradução: David Fausett. Califórnia: University of California Press, 1994, p.64

Um panorama elaborado a partir das *Singularidades* mostra-nos que há referências positivas ou negativas aos povos da antiguidade. Por exemplo, quando trata de suas religiões, Thevet os considera supersticiosos a tal ponto, que são capazes de oferecer votos e orações aos deuses para terem uma boa viagem ou até lançar peças e dinheiro ao mar. Critica-os também por atribuírem divindade ao vento, fazendo até cerimônias para acalmá-lo. Vê-se que o politeísmo da antiguidade incomoda grandemente nosso autor, a ponto de ele não aceitar e não se conformar com as inúmeras divindades que os antigos atribuíam ao mais diferentes elementos da natureza.

Ao falar das amazonas, afirmou não tê-las visto, adquirindo conhecimento sobre elas através da leitura de outros relatos de viagem, a partir dos quais descreveu seus costumes, com destaque para o fato de se entregarem aos homens sem qualquer cerimônia, apenas com o intuito de multiplicarem sua descendência. Em seguida, Thevet estabeleceu um paralelo entre suas leituras dos antigos e a realidade francesa, na qual estava inserido:

“Alguns povos, ao que narra a história, aproximam-se nesse particular, dos selvagens americanos. Sêneca e Estrabão ensinam que os lídios e armênios tinham o costume de enviar as filhas para as praias, onde as moças, que queriam contrair casamento, se entregavam a qualquer viandante. Do mesmo modo, segundo Justino, faziam as virgens da ilha de Chipre, se desejavam obter matrimônio e dote... Possivelmente existem, em França, muitas moças, tidas como pias e virtuosas, que procedem do mesmo modo, ou ainda pior, demais sem permuta de oferenda ou votos. E isso, que acabo de contar, é pura verdade.”⁴¹

⁴¹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.256.

Ao desenvolver comparações com os povos antigos ou com os ameríndios, temos de destacar que Thevet estabelecia entre os diferentes costumes mais do que um grau de evolução, mas uma verdadeira ruptura, a qual se dá pela revelação da graça, ou seja, pelo conhecimento ou não do cristianismo. Os antigos eram duramente criticados por determinados hábitos, bem como por sua religiosidade, pelo fato de terem vivido em um período em que a graça de Cristo ainda não estava presente. Por outro lado, a crítica aos costumes ameríndios passava pelo mesmo crivo de julgamento, de que ainda não conheciam a verdadeira religião. É a partir do conhecimento do cristianismo e seu envolvimento com ele que Thevet estabelecia seus graus de evolução, considerando, por exemplo, como já foi dito, que os católicos eram superiores aos protestantes ou aos ateus e nudistas da Europa.

Assim, para falar da era dos homens primitivos, Thevet contestou, através do *Gênesis*, a idéia dos poetas Virgílio e Ovídio, de que todo o homem da terra viveu como bruta fera, evoluindo até um grau de civilidade.

“... é mais fabuloso do que real dizer que a humanidade vivia, primitivamente, como os animais selvagens. Os poetas é que têm essa opinião, que alguns autores acolhem, como se vê em Virgílio... Creio antes nas Santas Escrituras, onde se faz menção dos trabalhos de lavoura de Abel e das oferendas que este fazia a Deus.”⁴²

De acordo com o pensamento adotado por Thevet, o Éden não foi a era de ouro e o trabalho no Jardim separou o homem do estado em que viviam os animais. Isto demonstra que todos os homens têm a mesma descendência, todos podem assim ser salvos. Deste modo, os selvagens tupinambás, nos quais o frade encontrou alguns elementos de busca divina, eram também destinados à

⁴² Idem, p.344.

salvação, cabendo aos europeus que chegaram à América a tarefa de catequizá-los e levá-los, finalmente, à era da graça, já alcançada há muitos anos na Europa.

Por fim, devemos pensar a respeito do papel da escrita nos relatos de Thevet, já que estamos analisando uma obra em que o viajante anotou e publicou tudo o que viu e vivenciou em sua viagem à América. É certo que o papel da palavra e da escrita variam historicamente, ganhando diferentes valores e papéis nas diversas sociedades. Notamos que na sociedade quinhentista a escrita estava em voga, ganhando um papel cada vez mais significativo, especialmente com o nascimento da imprensa. No contexto das grandes navegações, novamente, a escrita adquiriu importante função, tendo de tornar inteligível ao leitor que nunca saiu da Europa todo aquele Novo Mundo encontrado nas viagens marítimas. Sobre isto, De Certeau escreveu que ela:

*“Serve para classificar os problemas que o sol nascente do ‘Novo Mundo’ e o crepúsculo da cristandade ‘medieval’ abrem à intelligentsia.”*⁴³

O pensamento de Michel De Certeau é fundamental para nosso trabalho, na medida em que afirma que o ato de escrever a respeito do *outro* significa transformá-lo em *eu*, pois o indígena usava apenas a oralidade e, ao ser colocado nos papéis europeus, acabava representado de acordo com os termos e conceitos presentes na sociedade européia. Escrever a respeito do nativo era o mesmo que apagá-lo, torná-lo invisível.⁴⁴ Ademais, a escrita também servia para classificar o

⁴³ DE CERTEAU, Michel. “Etno-grafia – A oralidade ou o espaço do outro: Léry”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, 213.

⁴⁴ Ao analisar os escritos de Léry, De Certeau percebe que a escrita serve para apagar o outro, torná-lo europeu, na medida em que é escrito por conceitos específicos da escrita européia. Contudo, ele nota em Léry um único momento em que o *outro* aparece. É o momento em que Léry presencia uma festa tupinambá e se encanta com as vozes e cantos, algo que ele não consegue relatar em sua escrita. Um momento em que ele fica admirado e pasmado diante do indígena. Um momento curto, pois logo em seguida vemos Léry pedindo ao intérprete que traduza os cantos para o francês, perdendo-se novamente o *outro* e encontrando o *eu*. Para De Certeau o outro é visto apenas na língua tupi, “um ato perecível que a escrita não pode relatar.” DE CERTEAU, Michel. “Etno-grafia – A oralidade ou o espaço do outro: Léry”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, 215.

índio. Imersa em um processo de crescente valorização da escrita, a Europa olhou com maus olhos aqueles que não a conheciam, classificando-os como inferiores. Por isto, Thevet afirmou que não se podia confiar no que os tupinambás falavam porque todo o seu conhecimento vinha da oralidade, da tradição transmitida durante séculos pelas palavras dos caraíbas. É por isso que ele narrou com muita desconfiança uma história a respeito de um grande dilúvio ocorrido no passado, do qual se salvaram apenas poucos indígenas, que subiram nas copas das árvores mais altas que encontraram. Thevet observou que a história podia se referir ao mesmo dilúvio que é narrado na Bíblia, o que não se podia afirmar com certeza, pois o relato fora distorcido pela transmissão oral:

“Do dilúvio têm ciência os silvícolas americanos, não através dos documentos escritos, mas por tradição oral, conservada de geração em geração; de tal modo que conseguem perpetuar a lembrança dos fatos passados há três ou quatro séculos – o que é certamente admirável.

(...)... todavia é claro que estão facilmente sujeitos a errar, visto que não possuem nenhum meio gráfico para guardar a memória dos fatos passados, a não ser, como já se viu, a tradição oral, transmitida de pais a filhos.”⁴⁵

Thevet admirava-se pelo fato de os índios guardarem informações de quatrocentos anos atrás, mas logo duvidava destas informações, por terem sido transmitidas de maneira duvidosa, através da oralidade. Thevet acreditava na escrita como portadora da verdade e, como veremos agora, em uma escrita que se *escrevia* mais com os olhos do que com as mãos.

⁴⁵ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.313.

Capítulo 2 - O passado e o presente na legitimação de Thevet como cosmógrafo

“... a experiência nos ensinou a verdade de tudo o que adiante dissermos”
Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de situ orbis*, p.136.

Quando pensamos nos mecanismos que André Thevet utilizou para legitimar-se como cosmógrafo, na época e local em que escreveu, devemos levar em consideração uma recorrente dualidade que aparece em sua obra e que também correspondia a algumas das características do Renascimento. Nas *Singularidades*, encontramos inúmeras citações aos antigos, logo contestadas com base nas experiências de viagem do nosso cosmógrafo-viajante. O parágrafo que abre sua obra, no qual Thevet dirige-se diretamente aos seus leitores, nos diz muito do que é esta contradição entre o saber dos antigos e a experiência dos *modernos*:

“Considerando que a longa experiência dos fatos e a fiel observação de nossos países e nações, com seus respectivos costumes e hábitos, só pode é trazer perfeição ao homem, pois é essa louvável atividade uma das maneiras de enriquecer o espírito,

dotando-o de heróicas virtudes e de sólida ciência – entreguei-me à proteção e governo do grande Senhor do universo, abandonando-me em pequenos barcos de madeira, frágeis e já gastos, nos quais era mais de esperar a morte do que a vida, à discrição e à mercê de um elemento essencialmente inconstante e impiedoso. E tudo isso só pelo desígnio de rumar ao pólo antártico, que, anteriormente, jamais fora descoberto pelos antigos ou deles conhecido, como se pode verificar dos escritos de Ptolomeu e de outros cosmógrafos (estes, como se sabe, nem sequer conheciam bem o nosso hemisfério, cujo equinocial não ultrapassaram, de vez que julgavam esta região inabitável). Antes já eu fizera uma viagem ao Levante, aliás, a primeira, visitando a Grécia, Turquia, o Egito e a Arábia, da qual cheguei até a publicar uma relação.”⁴⁶

Estas palavras de Thevet são de extrema importância para a nossa análise, na medida em que nos mostram os pressupostos em que o francês estava baseado para tornar sua obra relevante. Primeiro, ele nos diz a respeito da grande importância de viajar, de colocar-se sobre alguns centímetros de madeira e arriscar-se no mar em busca de mais e melhores conhecimentos. Ao colocar a viagem como algo que aproximava da morte, devido aos inúmeros perigos que ameaçavam os navegadores, Thevet procurava apresentar-se como um escritor respeitável, que arriscara a própria vida para escrever seus relatos. Aqui, vemos o grande peso atribuído à experiência, que, além de permitir que se visse pessoalmente tudo o que se descrevia, era fruto de um sacrifício, que deveria ser levado em conta quando se pesava o valor do escritor. A experiência e a observação levavam à perfeição, a um saber sem erros. Ademais, as referências de Thevet aos antigos e a outros cosmógrafos tinha o objetivo de mostrar a seus leitores que ele, ao mesmo tempo, os conhecia e ultrapassava, na medida em que eles não conheciam direito nem mesmo o continente que habitavam. A citação a

⁴⁶ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.44

uma outra viagem também é importante neste parágrafo, pois o coloca como experimentado em viagens, e não como um cosmógrafo que fez uma única viagem e escreveu tudo a partir dela.

Embora, em grande parte, os autores antigos fossem rebatidos por Thevet, notamos que ele tinha leituras a respeito de Plínio, Aristóteles, Ariano, Platão, Ptolomeu e outros, que aparecem com menor freqüência. Isto porque, como afirma Jean Delumeau, o Renascimento definiu-se como um movimento em direção ao passado ⁴⁷: desde os séculos XI e XII, vê-se a retomada dos estudos clássicos e Petrarca ⁴⁸ deu o nome de “tempos obscuros” à Idade Média, sendo considerado o primeiro a voltar-se para a Antiguidade. As várias obras de Virgílio, por exemplo, foram editadas na Europa 546 vezes, entre 1460 e 1600, tanto em latim, como em traduções para outras línguas. Para sermos mais específicos, na França, apenas no ano de 1530, foram impressas as obras de 40 autores gregos (32 em grego) e 33 clássicos latinos. ⁴⁹

Desta retomada dos valores clássicos, observamos na pintura o forte interesse pela paisagem e pela expressão do que chamavam de “real”, o que nos explica, em certa medida, o grande interesse de Thevet e de muitos outros cronistas contemporâneos a ele pela paisagem e pela natureza dos lugares por onde passavam em seu movimento *descobridor*. Foi com detalhes que Thevet descreveu os rios, os animais, as plantas, a terra, os aspectos naturais do Brasil, procurando formar, na imaginação do seu leitor, a paisagem que vira com seus próprios olhos, de forma que esta descrição minuciosa era uma forma de o viajante fazer ver, através de seus olhos e escritos, aquilo que era tão distante e desconhecido do leitor europeu, que nunca entrou em uma embarcação rumo aos novos mundos.

⁴⁷ DELUMEAU, Jean. “Renascimento e Antiguidade”. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I, p.85.

⁴⁸ Francesco Petrarca viveu, aproximadamente, entre 1304 e 1374, sendo considerado um importante intelectual, poeta e humanista italiano. Também considerado o inventor do soneto, poema de 14 versos.

⁴⁹ DELUMEAU, Jean. “Renascimento e Antiguidade”. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I, p. 98.

Os humanistas, como se sabe, inspiraram-se nos antigos para fazer algo novo, não fazendo uma imitação servil do que viam na Antiguidade. Era um gosto pela Antiguidade revisto, corrigido, transformado, visto que vinha enriquecido por toda a experiência medieval e também pelas novas experiências de viagens. O período em que os homens se aventuraram nos novos mares e terras fez com que seus estudiosos se interessassem por um conhecimento mais concreto, a ir além do que ler o que os antigos conheceram e escreveram. Na verdade, o uso que o século XVI fez da Antiguidade foi bastante livre, apropriando-se dela de modos diferentes e complexos, atendendo aos interesses diversos daqueles escritores que a retomavam, como sintetizou Jean Delumeau:

“... Nicolau de Cusa, ao insistir na relatividade de todos os conhecimentos humanos, escrevera: ‘se nos admiramos de ver que as regras enunciadas pelos Antigos não concordam com as posições reais dos astros como aparecem à observação, é porque julgamos que as doutrinas eram verdadeiras a respeito dos astros, dos pólos e das medições.’ Claro que nem sempre os humanistas raciocinaram como Nicolau de Cusa e que o excessivo respeito pelos antigos travou mais de uma vez o progresso da ciência. Mas, em contrapartida, o Renascimento, dando dos textos científicos da Antiguidade lições mais corretas e mais completas que aquelas que até então eram conhecidas, e difundindo estes textos por meio da imprensa, contribui seguramente para o desenvolvimento do interesse pelas matérias contidas nesses livros. Além disso, os tradutores de obras científicas antigas foram, por vezes, ao mesmo tempo, inovadores, especialmente no domínio da matemática. Finalmente o melhor conhecimento da cultura grega permitiu opor os antigos uns aos outros e garantir a derrota de Aristóteles.”⁵⁰

⁵⁰ Idem, p.135.

Nem todos os autores do século XVI utilizaram-se dos antigos como Thevet, que sempre procurou superá-los ou corrigi-los através da experiência. Podemos citar o caso de Colombo, que recorre aos antigos como grande autoridade, porém sua experiência de viagens serviu apenas para confirmar a verdade contida no passado. Neste sentido, ele descreve com detalhes os monstros marinhos ou as sereias que os antigos já falavam em seus escritos.⁵¹

Todavia, para alguns autores o regresso aos antigos permitiu, em resumo, sua ultrapassagem. As descobertas geográficas e as explorações das viagens aumentaram o inventário do mundo vivo, fazendo surgir novos continentes, em regiões consideradas inabitáveis pelos antigos, novos animais e espécies vegetais que precisaram ser, de alguma forma, incorporados ao conhecimento do século XVI e que não eram sequer imaginados na Antiguidade. O inventário deste novo mundo foi também acompanhado pelo alargamento dos conhecimentos geográficos. Temos, por exemplo, a *Cosmographia Universalis*, de Sebastian Münster, de 1544, em que o autor corrigiu posições geográficas inexatas e apresentou novas idéias sobre erosões, abalos da terra, ventos tropicais e correntes marítimas. Alguns anos depois (1570), foi editado o atlas de Ortelius, ao mesmo tempo em que Mercator apresentava seu novo sistema de projeção (1569). Na França, igualmente, havia um crescente interesse pela geografia, de maneira que, se antes de 1500, as obras sobre o assunto totalizavam 83 títulos, entre 1551 e 1560, surgiram outros 48; entre 1561 e 1580, mais 70; entre 1581 e 1590, 76, além de outras 54, entre 1591 e 1600. A diminuição no último período teria sido provocada pelo conturbado período das guerras religiosas, voltando a crescer as edições de novos livros entre 1601 a 1610, onde foram contabilizadas outras 112 obras geográficas.⁵²

É neste contexto que Thevet estava inserido e buscava se legitimar como cosmógrafo. É importante notar que, embora haja inúmeras citações aos antigos

⁵¹ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 20-21.

⁵² DELUMEAU, Jean. "Renascimento e Antiguidade". *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983, vol. I, p. 140.

em sua obra, elas são muito superficiais, sendo refutadas pelo que seus próprios olhos viram. Para ele, valia muito mais sua experiência do que os escritos do passado. Parece-nos que nosso cosmógrafo utiliza as referências aos antigos mais para legitimar-se como tal, do que por achá-las importantes para o conhecimento do século XVI.

Embora sejam muitas as citações que Thevet fez de autores da Antiguidade, durante todas as suas *Singularidades*, trata-se, principalmente, de referências superficiais, indicando, possivelmente, pouca leitura ou sua extração de autores contemporâneos. Sobre isso, depois de lembrarmos de sua origem pobre, bem como de sua formação tardia, desenvolvida através da religião, vejamos alguns exemplos de citações usadas por Thevet, a fim de melhor elucidar a questão.

Ao se colocar como um cosmógrafo viajante – e visando engrandecer o papel dos franceses nas Grandes Navegações quinhentistas – suas referências são Homero, que narrou as viagens de Ulisses, e Virgílio, que relatou os grandes feitos de Enéias. Em seguida, referiu-se a Aristóteles, afirmando que para este filósofo a virtude somente advinha de uma primeira dificuldade, o que ocorria com todos os que se aventuravam no grande e valente “Mar Oceano”⁵³. Contudo, logo adiante, discorreu a respeito dos absurdos que havia nos escritos de Virgílio:

*“Acreditar na Eneida de Virgílio, que foi devido aos importunos rogos de Juno e Eolo, rei dos ventos, que pôde o mísero troiano atravessar a salvo o mar, seguindo-se a isso uma querela dos deuses. Pelo que se vêem os erros e abusos, em que viviam os antigos, em seu diabólico gentilismo, atribuindo a um elemento, sujeito ao poder humano e quiçá, dos mais humildes, um dom que só ao criador é dado possuir.”*⁵⁴

⁵³ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, pp.45-46.

⁵⁴ Idem, p.53.

Este parágrafo nos diz muito a respeito de Thevet e do momento histórico em que vivia. Primeiro, vemos o cosmógrafo combatendo a maneira como os antigos lidavam com o mar e suas imprevisibilidades, pois Thevet situa-se em um período em que o mar começava a ser desmitificado, o que o fez afirmar ser o atravessar do mar obra humana e os ventos obra divina. Outro ponto central, que se repete ao longo de sua obra, é a crítica ao politeísmo dos antigos. Thevet olhava para o passado como um período da história inferior ao seu, um momento em que Deus ainda não havia se revelado substancialmente aos homens, que viviam em grande escuridão espiritual, classificando os costumes dos antigos como supersticiosos, criticando o fato de eles oferecerem votos e orações aos deuses para terem boa viagem ou até lançarem peças e dinheiro ao mar, no intuito de fazerem uma viagem protegida, como já referimos anteriormente. Incomodava Thevet o politeísmo e a “falsa” religiosidade dos antigos, de cujo pensamento discordava, baseado em argumentos religiosos:

“...é mais fabuloso do que real dizer que a humanidade vivia, primitivamente, como os animais selvagens. Os poetas é que têm esta opinião, que alguns autores acolhem, como se vê em Virgílio...creio antes nas Santas Escrituras, onde se faz menção dos trabalhos de lavoura de Abel e das oferendas que este fazia a Deus.”⁵⁵

Em seguida, após considerar que Plínio e outros antigos afirmavam saber interpretar os sonhos, assim como faziam os pajés indígenas, Thevet descartou o assunto por ele não estar nas Santas Escrituras. Entretanto, esta recusa pode ter sido provocada pela intenção de não admitir que o tema fosse do conhecimento dos antigos e suas falsas religiões, já que há no Antigo Testamento muitas referências a pessoas capazes de interpretar os significados de sonhos, o

⁵⁵ Idem, p. 344.

que poderia levar à conclusão de que também eram superficiais os conhecimentos de Thevet sobre seu livro sagrado.

Todavia, considerando a freqüência com que Thevet citou os antigos, a pergunta que nos vêm à mente é: por que referir-se tanto a eles se quase nada lhe agradava, seja pela religião, seja pela falta de conhecimento e experiência? Acreditamos que isto ocorreu pela necessidade de Thevet legitimar-se como intelectual na época em que vivia, sendo impossível colocar-se como cosmógrafo-real da França sem demonstrar leitura e conhecimento dos antigos. Sobre isto, vale lembrar, novamente, a ressalva constante que há nas *Singularidades* de que o livro não é apenas um relato de viagem, uma simples crônica, mas um relato cosmográfico, feito por um cosmógrafo escolhido pelo próprio rei para ocupar tal função. Se comparado a Jean de Léry⁵⁶, francês que escreveu no mesmo período e que, segundo alguns críticos, colheu muitas informações para escrever seus relatos de Thevet, vemos que no frade há muito mais referências aos antigos, as quais norteiam toda a sua obra, mesmo que seja para colocar as informações em dúvida. É certo que também há momentos em que a volta aos antigos serve apenas para complementar uma informação sobre um povo ou região que está descrevendo e, assim, comprovar seu conhecimento. Por exemplo, quando relata os costumes dos indígenas brasileiros de usarem o mel, comparou-os a vários povos antigos, que também o utilizavam.⁵⁷ Do mesmo modo, ao descrever a África, Thevet afirmou:

“É a África, segundo Ptolomeu, uma das três partes do globo; ou melhor, uma das quatro partes, no dizer dos geógrafos modernos, que as vêm descrevendo em seguida ao descobrimento de numerosas regiões até então ignoradas, tais como as Índias Americanas. Seu nome provém, afirma Josefus, de Affer, o qual, segundo ensinam os historiadores Greco-latinos, foi quem a

⁵⁶ LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Trad. e notas: Sérgio Milliet. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

⁵⁷ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.306.

subjugou e nela imperou; anteriormente, porém, se chamava de Líbia.”⁵⁸

Aqui, as expressões: “segundo Ptolomeu”, “afirma Josefus”, “historiadores Greco-latinos” fazem parte do arcabouço cultural que um cosmógrafo deveria possuir na época, servindo para criar no leitor a imagem de cosmógrafo que Thevet gostaria de passar. Sobre isto, Chartier afirma:

“(…) Com efeito, todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo que esboça seu leitor ideal. Deste último, autores e editores têm sempre uma clara representação: são as competências que supõem nele que guiam seu trabalho de escrita e de edição; são os pensamentos e as condutas que desejam nele que fundam seus esforços e efeitos de persuasão. É possível, portanto, interrogando de novo os textos e os livros, revelar as leituras que pretendiam produzir, ou aquelas tidas como aptas para decifrar o material que davam a ler.”⁵⁹

É evidente que não partimos da idéia de que a leitura que Thevet propôs aos seus leitores foi aquela que eles absorveram, visto que não acreditamos na existência de um leitor ideal, o qual incorpora as idéias de maneira imparcial e imutável. Na verdade, compartilhamos com Chartier a noção de que a escrita e a leitura são práticas sociais, as quais obedecem a regras estabelecidas na

⁵⁸ Idem, p.59.

⁵⁹ CHARTIER, Roger. Práticas de Leitura. Tradução: Cristiane Nascimento. Introdução: Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.20.

sociedade em que o autor estava inserido. Não conhecemos exatamente os leitores de Thevet e não sabemos de que maneira cada um se apropriou das informações contidas em suas obras, mas podemos investigar as intenções de Thevet ao escrever seus relatos de viagem, que imagem – ou imagens – queria passar para aqueles que o lessem. Thevet estava interessado em construir uma imagem de cosmógrafo para si mesmo, assim como construiu uma imagem do Brasil e seus habitantes que, de alguma maneira, tivesse compatibilidade com o cosmos que construiu. Aqui, é possível recorrer a François Hartog, que trabalha esta questão no livro *O espelho de Heródoto*:

“Se a narrativa se desenvolve justamente entre um narrador e um destinatário presente no próprio texto, a questão é perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói. Em outros termos, tratar-se-á de descobrir uma retórica da alteridade em ação no texto, de capturar algumas de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro.”⁶⁰

Há ainda comparações entre os índios e os antigos. Os paralelos se constroem no sentido de complementarem informações culturais ou estabelecer relações de inferioridade e superioridade. Assim como os romanos, os indígenas costumavam gritar e fazer altas ameaças antes das guerras.⁶¹ Se comparados aos índios canibais do Maranhão, os antigos romanos são melhores, já que estes têm fome e sede gratuita de sangue e carne humana, enquanto que os últimos, segundo Josefus, alimentaram-se certa vez de carne humana por necessidade extrema.⁶² Ainda demonstrando seu conhecimento a respeito das autoridades

⁶⁰ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.227.

⁶¹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.232.

⁶² Idem, p.245.

antigas, Thevet valeu-se de suas informações para estabelecer paralelos com a sociedade indígena, como fez ao referir-se ao costume dos selvagens de entregarem facilmente suas filhas aos homens que lhes aparecem:

*“Alguns povos, ao que narra a história, aproximam-se, neste particular, dos selvagens americanos. Sêneca e Estrabão ensinam que os lídios e armênios tinham o costume de enviar as filhas para as praias, onde as moças, que queriam contrair casamento, se entregavam a qualquer viandante. Do mesmo modo, segundo Justino, faziam as virgens da ilha de Chipre, se desejavam obter matrimônio e dote...”*⁶³

Neste trecho, Thevet comparou sociedades completamente diferentes, julgando-as a partir de seus valores cristãos, colocando os costumes antigos e indígenas como inferiores, já que não comungavam de seus mesmos princípios éticos. Parece que ao referir-se aos *erros* que encontrava na sociedade nativa do Brasil ele se lembrava dos absurdos que lera a respeito das sociedades do passado que, também, não possuíam a revelação divina da Europa quinhentista. Em certos momentos de sua narrativa, os antigos são até mesmo piores do que os tupinambás, pois, enquanto os índios enterravam seus mortos nos locais onde estes gostavam de estar em vida, os antigos jogavam seus corpos aos cães ou aves. Sobre isto, Thevet revelou a seus leitores que Diógenes recomendou em seus escritos que seu corpo servisse de alimento aos animais, o mesmo fazendo Licurgo – de acordo com o que leu em Sêneca – que ordenou que seu corpo fosse jogado ao mar.⁶⁴ Aos indígenas, atribuiu o erro de não terem um local adequado para enterrar seus mortos, enquanto aos antigos responsabilizou por entregarem seus corpos às aves, animais ou seres marinhos.⁶⁵

⁶³ Idem, p.256.

⁶⁴ Idem, p. 258.

⁶⁵ Thevet não aceita o ato dos antigos de jogarem seus corpos aos animais ou no mar por compartilhar valores cristãos de sua época, que diziam que haveria um juízo final, quando os mortos se levantariam das sepulturas e seriam sentenciados por Deus. Neste sentido a

Por tudo isto, reafirmamos a consideração de que a maioria das citações que Thevet fez aos antigos foi feita no sentido de denegri-los, ora condenando-os por seus costumes incorretos, ora demonstrando o absurdo de seus escritos, recheados de erros e incongruências, visto que escreviam a respeito de coisas que não viram, a partir de suposições. Através deste mecanismo, Thevet supervalorizava sua experiência como viajante, que falava por experiência e não por “ouvir falar”, procurando legitimar-se como grande autoridade cosmográfica, que tinha conhecimento dos escritos antigos, mas que era capaz de ir além deles, como se pode ler já na apresentação de sua obra:

“Referindo-me, leitores, a tão notáveis pessoas [antigos], não pretendo, com isso, comparar-me a elas, ou, muito menos, a elas igualar-me. Mas também é certo que a grandeza de Alexandre não impediu seus sucessores de tentar a fortuna. Do mesmo modo, a sabedoria de Platão não intimidou Aristóteles, que, como se sabe, discorreu livremente sobre a filosofia. Por isso, a fim de me não tornar, a exemplo de Diógenes, ocioso e inútil, tomei a decisão de descrever os fatos ou coisas mais notáveis, que cuidadosamente observei em minha viagem...”⁶⁶

Podemos notar que Thevet coloca-se neste parágrafo como um herdeiro, sucessor da sabedoria dos antigos, querendo, desta maneira, demonstrar que os conhece e os respeita. Entretanto, há um sutil mecanismo de legitimação neste trecho que nos é muito importante: Thevet afirmou que não pretendia igualar-se, nem superar os antigos autores, mas, logo em seguida, afirmou que isto não podia impedi-lo de buscar novos conhecimentos, que muitas vezes iriam contradizer os escritos da Antiguidade. Respeito aos antigos e sua superação – uma vertente

preservação do corpo, mesmo que morto é importante, da mesma maneira que sua perda ou desprezo revela ausência da presença de Deus entre as culturas.

⁶⁶ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.47.

constantemente presente em *Singularidades*. A superação vem através do fato de ele ser um cosmógrafo-viajante, que escrevia a partir de suas próprias experiências, dando grande valor aos seus olhos, já que o fato de ter visto ele mesmo as coisas tão estranhas que narrava lhes conferia veracidade.

Como vimos, narrar locais longínquos e diferentes do que a Europa conhecia faz parte integrante da cosmografia que Thevet pretendeu elaborar, pois este procedimento se insere em um contexto no qual o cosmógrafo não é mais aquele estudioso de gabinete, como também não é aquele que possui, apenas, avançados conhecimentos matemáticos e astronômicos. Parece-nos que, para Thevet, ser um bom cosmógrafo significava ser um bom viajante e um hábil cronista. Quando escreveu a respeito do que conheceu no Novo Mundo, tomou o cuidado de inserir em suas narrativas elementos que dessem a elas o cunho de verdade. Tudo o que descreveu a respeito do Rio de Janeiro e seus habitantes poderia parecer aos leitores europeus ilusão, exagero, monstruosidades, de modo que a retórica da alteridade de Thevet devia produzir um efeito de crença e, na medida do possível, de tradução. Para produzir tal efeito, recorreu aos seus olhos e ouvidos, o que nos aproxima, mais uma vez, das considerações de Hartog:

*“Fundamentalmente, os dois pólos entre os quais se inscreve desenvolve a retórica da alteridade são o olho e o ouvido: o olho do viajante e o ouvido do público (mas também ouvido do viajante e olho do público). Do olho ao ouvido o percurso não é linear, existindo pelo contrário, todo um conjunto de corredores, escadas e passarelas que se interrompem para serem retomados mais adiante, às vezes num outro nível. E o percurso dessa espécie de edifício ou de andaime representa o jogo da enunciação.”*⁶⁷

O jogo de enunciação de Thevet passa pela expressão “eu vi” e, mais do que isto, diz que sofreu, suportou os mais terríveis medos para ver e descrever

⁶⁷ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.273.

tudo o que está em seu livro. O olho que faz a autópsia do Novo Mundo e suas terras vem acompanhado de um corpo que é todo sacrificado em nome do aumento do conhecimento e da superação dos antigos. Os olhos vêem as mais diferentes maravilhas e cenas, ouvidos ouvem o canto dos pássaros e dos índios em rituais antropofágicos, as pernas andam por caminhos inéditos aos europeus, a boca tenta imitar um som estranho e incompreensível que sai dos lábios tupinambás, o corpo inteiro treme e a mente vacila durante as duras tempestades do mar e, por fim, as mãos escrevem todas as experiências incríveis e as disponibilizam aos seus leitores. Thevet colocava-se como um herói do século XVI: mais do que o velho Homero relatando todas as viagens de Ulisses, o cosmógrafo francês era Ulisses e Homero ao mesmo tempo, viajante como o primeiro; portador das palavras, como o segundo. E suas palavras somente são verdadeiras porque foram vividas a fundo por quem as escreveu.

Ao elaborar seu relato, Thevet devia dar a seus leitores a impressão de que ele foi escrito por seus próprios olhos e não por suas mãos:

“Os olhos escrevem (ou pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso.”⁶⁸

Quando não era possível usar a expressão “eu vi”, Thevet recorria a “eu ouvi”, menos valorizada, já que se apoiava na experiência alheia e não na de quem escrevia. Na sociedade européia quinhentista, os ouvidos tornam-se cada vez menos valorizados, na medida em que estava nascendo a sociedade da escrita, que coloca a oralidade em segundo plano, vendo-a com maus olhos, capaz de distorcer uma suposta verdade. É importante lembrarmos que estes são valores específicos da Europa e totalmente contrários ao que vemos nas sociedades indígenas, que utilizavam a oralidade para transmitir todos os seus conhecimentos, sendo o orador, o portador das palavras, um indivíduo de grande valor social.

⁶⁸ Idem, p.276.

Vejamos como Thevet considerava a melhor maneira de se adquirir conhecimentos, ou seja, através da visão e da experiência:

*“As cartas geográficas modernas são, em muitos aspectos, defeituosas, por falta, talvez, de desenhistas ou artistas que tais. Demais, é penoso e mesmo impossível projetar, com precisão, os lugares e as regiões notáveis, localizá-los, indicar-lhes a distância, etc, sem os ter observado visualmente (grifo meu) – pois é essa, como todo mundo sabe, a melhor maneira de adquirir-se o seu conhecimento. Basta lembrar quanto, por longos tempos viveu a humanidade na ignorância da existência de vários países, - ilhas continentes, - não indo além do que haviam visto ou escrito os antigos. Até quando, de certos tempos a esta parte, com a ousadia dos navegantes, descobriu-se todo o nosso hemisfério. Esse hemisfério, que estava habitado, Ptolomeu e os demais geógrafos só conheciam pela metade.”*⁶⁹

Ao analisar a obra do francês, no livro *L’Atelier du Cosmographe*⁷⁰, Lestringant enfatiza os conhecimentos superficiais de Thevet a respeito da Antiguidade e seus escritos, impressão que também tivemos ao analisar a maneira como os antigos são citados em *Singularidades*. Todavia, não acreditamos que isto era um problema para Thevet, já que ele os citava apenas como parte de seus esforços para legitimar sua obra e a função de cosmógrafo-real, dando maior importância ao que ele conhecia pessoalmente, a partir de sua experiência pessoal. E é esta vivência que lhe permitiu refutar muitas afirmações que encontrou nos escritos antigos. Thevet preocupou-se em confrontar cada informação recolhida dos antigos com as que adquiriu em suas viagens, e o

⁶⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.470.

⁷⁰ LESTRINGANT, Frank. *Mapping the Renaissance World – The geographical Imagination in the Age of Discovery [L’Atelier du Cosmographe]*. Tradução: David Fauset. Califórnia: University of California Press, 1994.

resultado disto foi uma grande lista dos erros e absurdos que, segundo ele, foram cometidos pelos autores antigos, os quais apresenta em sua obra. Até mesmo informações sobre a Europa Thevet corrigiu:

“Tanto o cinábrio como o sangue de dragão (tintas), ao contrário do que julgavam os antigos, não se encontram em estado natural na Europa.”⁷¹

A África, já familiar aos antigos e europeus, também fora pouco entendida na Antiguidade:

“É verdade que Ptolomeu, ao tratar de vários países ou nações estrangeiras, disse o que bem lhe aprouve da África e da Etiópia: mas, entre os antigos autores, não encontro nenhum com perfeito conhecimento do mundo africano, ou que me pudesse satisfazer completamente. Quando, por exemplo, Ptolomeu fala do promontório de Prasso, não trata ele, de nenhum modo, do mundo inferior, por desconhecer grande parte do continente meridional, só de fato descoberto nos dias atuais. E note-se que muitas referências foram adicionadas aos escritos de Ptolomeu, basta que se examine a tabua geral, que é propriamente da sua autoria.”⁷²

É bom ressaltarmos que a África era conhecida dos europeus há algum tempo, estabelecendo-se entre as duas regiões complexas relações comerciais e humanas. Thevet afirmou aos leitores que também conheceu pessoalmente a África entre as diversas viagens que fez pelo mundo e, através desta experiência, pôde confrontar seus conhecimentos com os escritos dos antigos. A África serviu, para ele, de paralelo para descrever a cultura e costumes tupinambás,

⁷¹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.470.

⁷² Idem, p.97.

demonstrando a seus leitores as profundas informações que tinha a respeito de ambos. Se os antigos não sabiam nem ao menos abordar a África, o que dizer então da América, continente que lhes fora desconhecido? Este desconhecimento os levou ao grave erro de dividir o mundo em apenas três partes, divisão incorreta, a ponto de levá-los a desconsiderar todo um continente:

“Qualquer leitor humilde, mesmo pouco versado em cosmografia e outras ciências, notará que os antigos dividiam o mundo inferior em três desiguais partes, a saber, a Europa, a Ásia e a África, das quais alguns autores dizem a verdade, outros o que bem lhes parece, não se referindo nenhum deles às Índias Ocidentais, que formam hoje a quarta parte do globo. Só recentemente se descobriram as Índias Ocidentais, como também, boa parte das Índias Orientais (Calicute e outros lugares).”⁷³

Thevet usa uma expressão forte para demonstrar o peso dos erros dos antigos, ao afirmar que “qualquer leitor humilde”, sem conhecimentos profundos, era capaz de notar o obscurantismo em que aqueles viviam. Além disso, não conheciam todo o mundo e o que conheciam descreviam muito mal pela ausência da experiência, pelo escrever de se ouvir falar. Aqui, poderíamos elencar uma longa lista de correções que o cosmógrafo fez a respeito dos escritos da Antiguidade, mas optamos por trabalhar nesta dissertação apenas aquelas de maior importância e que alteraram a visão do mundo da Antiguidade para o século XVI, ou seja que alteraram a representação do cosmo, alvo de estudo de André Thevet.

Primeiro, Thevet rebateu com força a teoria de que nem toda a terra era habitável, devido às condições climáticas:

⁷³ Idem, p.99.

“Tales, Pitágoras, Aristóteles e vários autores greco-latinos afirmavam que não ser possível que fossem habitadas todas as partes do globo, umas pelo seu exagerado ou insuportável calor, outras pela sua excessiva ou veemente frialidade. Autores havia, também, que dividiam o mundo em dois hemisférios, um dos quais habitado, que é o setentrional, mas no outro de modo algum existindo gente. E, assim, das cinco partes terrestres do mundo excluía três, de modo que só restavam duas realmente povoadas. Explicando melhor...os referidos autores, como quisessem provar a inabitabilidade de grande parte da terra, supunham o mundo dividido e repartido em cinco zonas, duas frias, duas temperadas e uma quente.

“(...)... a primeira zona fria, a do norte, a qual, devido a seu excessivo frio, se diz ser desértica, ao contrário do que a experiência tem demonstrado. De uns tempos a esta parte se sabe, realmente, que certo povo muito rude, feroz e selvagem vive nas regiões vizinhas do pólo norte...”⁷⁴

A experiência, que para Thevet era mais importante que a tradição, dava a ele uma visão do cosmo muito diferente daquelas compartilhadas pelos antigos, que consideravam algumas partes impossíveis de serem habitadas pelos homens devido aos excessos climáticos. Já o nosso francês via o mundo todo habitado por homens das mais diversas espécies, notando que o clima não impedia a vivência do homem, apenas modificando seus hábitos de vida e cultura. Por isso, os povos que habitavam o pólo norte eram rudes e ferozes, assim como o era o clima em que viviam. Do mesmo modo, homens que viviam em lugares temperados, como os europeus, tendiam a uma cultura mais estável e civilizada, já que o clima ameno produz caráter mais ponderado – tudo isto compondo uma nova noção do mundo baseada em sua experiência, refutando os conhecimentos dos antigos:

⁷⁴ Idem, pp.127-128.

“Os antigos nem sempre merecem fé, embora sejam desculpáveis, porquanto falavam mais por conjecturas do que por experiência.”⁷⁵

Os antigos somente eram desculpáveis e mereciam algum respeito porque não tiveram a oportunidade da experiência, é ela quem dita o tamanho do mundo e as espécies humanas variadas. Os antigos falavam por suposições, já a experiência fazia prova das verdades:

“A experiência, em suma (como já o tenho dito várias vezes) prova quanto o mundo é amplo e capaz de acomodar todas as criaturas, - experiência tirada dos resultados das navegações marítimas e das longínquas viagens terrestres.”⁷⁶

Esta supervalorização da experiência não está presente apenas no legado de Thevet, ela aparece nos escritos de muitos viajantes e filósofos dos séculos XV e XVI. Parece que foi ela que deu as bases para a construção da cosmografia quinhentista, a vivência e os olhos dos viajantes construíram um novo mundo como um todo durante este período. Não apenas a América e seus habitantes foram alvo das representações de alteridade quinhentista, mas construíram novos conceitos a respeito da Europa, África, Ásia e dos homens que ali habitavam. Formulava-se um novo cosmo, que já não era aquele descrito pelos antigos, tão limitado, porém um mundo ampliado e renovado. A grande importância da experiência também apareceu destacada pelo rival protestante de Thevet, Jean de Léry⁷⁷, além da conhecida frase de Duarte Pacheco Pereira, para quem “a

⁷⁵ Idem, p.128.

⁷⁶ Idem, p.130.

⁷⁷ LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Trad. e notas: Sérgio Milliet. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

*experiência é madre das coisas, por ela soubemos radicalmente a verdade.”*⁷⁸ Do mesmo modo, o Padre Mestre Cristóvão Bruno, em sua *Arte de Navegar*, ao demonstrar que o mar era redondo e não plano, como parece à primeira vista, baseava-se na experiência para comprovar suas idéias. Ele justificava que o mar era redondo por duas razões. A primeira refere-se ao fato de que quando se está em um determinado ponto do mar, observando algo notável, à medida que a nau se afasta, nota-se que o objeto desaparece. A segunda diz respeito ao fato de a estrela Polar ir *abaixando*, na medida em que as naus navegam de norte a sul. Em seguida, o mesmo autor escreveu:

“Isto é manifesto indício de ser o mar redondo, porque se fora plano veríamos sempre o pólo e suas estrelas do mesmo modo levantando sobre o horizonte, por não haver tumor que impeça a vista da mesma estrela se fôramos sempre navegando em linha direita...”

Adverte-se, porém, que não é o mar redondo de tal modo que faça por si só um globo distinto da terra. Antes do mar e terra se compõe uma só bola e globo, o que também demonstram os matemáticos claramente com muitas demonstrações, das quais só estas duas apontaremos. A primeira seja vermos e termos por experiência que caindo, de algum alto, ou pedra, ou gota de água, assim uma coisa ou outra caem para o mesmo lugar direito a perpendicular, fazendo ângulos retos na superfície da terra.

O que é indício manifesto irem ambos estes elementos em busca de um mesmo centro, e por conseguinte fazem uma só bola entre ambos.

A segunda seja porque do contrário se seguiria todas as vezes que as naus fossem andando, para alguma terra, correria muito mais

⁷⁸PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis..* In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de Situ Orbis.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 138.

depressa do que quando saísse dela, porque indo para a terra desceriam e afastando-se dela para o mar subiriam, porquanto tendo o mar outro centro levantado fora da terra ficaria sempre o globo da água mais alto que o da terra, e assim o mar desceria indo para ela.

O que é manifestamente contra a experiência.”⁷⁹

Chama-nos a atenção neste trecho o argumento de persuasão de Cristóvão Bruno. A experiência explica todos os fatos, basta que os homens entrem nas naus e observem, coloquem seus olhos à disposição do que é revelado pela natureza. Para entender que o mar é redondo e que ele forma um globo só com a terra não é necessário nenhum cálculo matemático profundo, basta olhar, experimentar com os olhos algo evidente e escancarado.

Contudo, não é apenas a natureza, com suas terras e mares, que eram desconhecidos ou tratados erroneamente pelos antigos. Os homens também foram alvo de seus erros, segundo considerou Thevet. Além de a América ser desconhecida completamente pelos antigos, já que não se referem a este quarto continente em nenhuma parte de seus escritos, seus habitantes também não foram citados em momento algum. Os antigos dedicaram algumas passagens de seus escritos a conjecturas sobre como seriam os homens que viviam mais próximos à natureza, sem a civilização por eles desenvolvida, mas, sobre isso, falaram apenas mentiras.⁸⁰ O cosmógrafo zombou de autores que afirmaram que estes homens seriam todos cobertos de pêlos, assim como os animais selvagens, lembrando que deles existem até mesmo desenhos, os quais eram apenas fruto da imaginação e não da visão. Outro erro a respeito dos nativos, referia-se ao que foi escrito sobre os homens que, porventura, habitassem a zona tórrida da terra, próxima ao Equador. A tradição afirma que eram homens violentos e sem cabelos, perdidos devido ao forte calor. Ao passar por tal região, por suas terras e ilhas, Thevet afirmou jamais ter visto homens carecas, mas todos usavam cabelos meio

⁷⁹ BRUNO, Padre Mestre Cristóvão Bruno. *A Arte de Navegar (1628)*. Prefácio: A. Fontoura da Costa. SL: Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colônias, 1940, pp.6-7.

⁸⁰ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.173.

longos, cortados em forma de cuia, quase à maneira de alguns religiosos europeus.

Os antigos não conheceram os nativos da América e nem conseguiram imaginar como seriam homens que pudessem viver à maneira deles. Suas escritas e suposições mostravam-se totalmente contrárias às experiências de Thevet. Além de desconhecer o mundo como um todo, desconheciam os homens também. A cosmografia baseada naquilo que os olhos do viajante viu não criou apenas um novo mundo, criou também novos homens e novas noções de humanidade. Ainda que o olho do viajante distorcesse e até animalizasse os homens que encontrou na América, criou-se, através de sua visão, a imagem do que era o ameríndio para a Europa quinhentista: aquilo que os olhos tinham visto era a representação perfeita do “homem selvagem”, como Thevet gostava de chamá-los.

Aqui, é interessante tentarmos sintetizar a maneira como Thevet se apropriou dos antigos e como os utilizou na construção de sua legitimação como cosmógrafo real francês. Inicialmente, como procuramos mostrar, as citações recorrentes aos autores da Antiguidade nos levam a crer que eram necessárias para colocá-lo como um importante estudioso da época, já que ele não poderia anunciar-se como cosmógrafo, sem mostrar ter lido os tratados antigos, aquilo que Platão, Sócrates, Aristóteles e outras autoridades do Renascimento haviam escrito sobre o mundo e seus habitantes. Partindo deste ponto comum a tantos escritores quinhentistas, Thevet colocou na sua balança cosmográfica outros pesos, que acabariam por desequilibrar e dar pouco valor ao que os antigos escreveram. Contra eles pesava a religião, visto que os povos antigos, como gregos e romanos, eram politeístas, não tinham ainda a verdadeira revelação divina, apenas faíscas fracas dela. Por conta disto, Thevet os considerou, em alguns momentos, inferiores aos europeus de seu tempo e até mesmo aos indígenas, já que estes não tinham ídolos ou templos falsos. Outro peso constantemente posto em sua balança era a experiência, esta sim capaz de revelar todas as verdades ainda encobertas. Por isto, Thevet colocou-se como cosmógrafo-viajante,

afirmando que seus relatos foram escritos por seus olhos, no intuito de fazer crer aos seus leitores que estes olhos eram reflexos da realidade, nunca modificada por maus ouvidos ou conjecturas fantasiosas.

Desta maneira, como relato cosmográfico, Thevet procurou apresentar seus escritos como portadores de uma nova verdade. Assim, *Singularidades* era uma obra que merecia ser lida e creditada não apenas porque foi escrita por um erudito, que tinha conhecimento de importantes autores do passado, mas principalmente porque custaram sacrifícios e riscos ao seu autor, que arriscou sua vida em alguns centímetros de madeira para escrever verdades e certezas, o que – afinal – fazia dele um bom cosmógrafo.

Capítulo 3 – Um cosmógrafo do século XVI

“O mundo todo é a nossa casa’ não quer dizer que tudo seja igual; quer dizer que todos nos sentimos estrangeiros em relação a alguma coisa e a alguém”

GINZBURG, *Olhos de Madeira*, p.11

Embora Thevet tenha tido uma formação religiosa, e grande parte de seus conhecimentos tenha sido adquirida através dela, constantemente, como vimos, ele insistiu sempre em apresentar-se como o cosmógrafo da expedição francesa ao Brasil. Em função disto, é como cosmográfica que ele caracteriza sua obra. Desta maneira, é importante atentarmos para o significado do termo cosmografia no século XVI, a fim de entendermos os mecanismos empregados no texto de Thevet, capazes de lhe conferir tal título. Não buscamos, aqui, a origem da palavra cosmografia, seu nascimento e sentidos, ao longo do tempo, mas, sim, compreendermos o que era ser um cosmógrafo em Quinhentos e como esta condição se revela na obra de Thevet; em suma, entender que cosmógrafo era ele. Neste sentido, são muito oportunas as palavras de Michel Foucault:

“... a história de um conceito, não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração.”⁸¹

É interessante notarmos que, mesmo em Portugal, nação pioneira nas Grandes Navegações, a cátedra de cosmógrafo-mor somente foi criada em 1552, em substituição à que formava para o cargo de piloto-mor, existente desde 1508, e que tinha o objetivo de instruir a “gente do mar” nos princípios da navegação astronômica. Assim, notamos que a função de cosmógrafo, no século XVI, além de buscar o entendimento do cosmos, como seu próprio nome sugere, já estava relacionada ao ato de navegar, a ponto de se ter a noção de que um bom cosmógrafo era aquele que abandonava seu gabinete fechado e ia para o mundo observar, apalpar e respirar os espaços que descrevia em seus papéis.

Por comparação, atentemos, agora, para um cosmógrafo contemporâneo de Thevet e de quem encontramos uma definição de cosmografia, Pedro de Medina, que foi cosmógrafo do rei Carlos I da Espanha, exercendo tal função por aproximadamente trinta anos, até sua morte, em 1567. Medina também estava ligado à Casa de Contratação, onde, além de professor e examinador de pilotos, era tido como especialista em instrumentos de navegação, astronomia, crônicas e moral.⁸² Seus livros mais importantes estão ligados à navegação: *Arte de Navegar*, de 1545, e dois *Regimentos de Navegação*, de 1552 e 1563. No primeiro livro citado, Medina definiu assim a cosmografia com que trabalhava:

⁸¹ FOUCAUT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 4-5.

⁸² Notamos aqui a típica formação do Renascimento, que envolve tanto conhecimentos humanos como exatos, de maneira que seus cientistas adquiriam conhecimentos das mais diversas áreas do saber.

“... a ciência do universo estelar e das terras e águas sobre a superfície da Terra.”⁸³

Esta pequena definição de Pedro de Medina nos diz muito a respeito da idéia de cosmografia compartilhada na época em que Thevet viveu, ou seja, um estudo que envolvia a observação do céu, da terra e das águas. A utilidade dessas competências para a navegação é clara, visto que para a localização no “mar oceano”⁸⁴ era necessária a observação do céu – do Sol e, posteriormente, das estrelas. Do mesmo modo, era preciso o conhecimento geográfico das terras que se queria explorar, bem como dos mares, suas correntes e ventos, que tanto amedrontavam os navegadores do século XVI. Através dos escritos de Medina, podemos afirmar que a função básica de um cosmógrafo do período das grandes descobertas era a de reorientar as idéias do Ocidente, em função da incorporação do Novo Mundo, ou seja, assimilar as novas informações às velhas. Sempre com base nos autores da Antigüidade, as informações sobre as novas terras e os novos homens que as habitavam deviam ser assentadas pelas autoridades cosmográficas do Velho Mundo, em novas perspectivas de observação, devendo abarcar, ainda, o elemento que unia os dois mundos – o mar. Assim, é importante frisar que as descobertas geográficas também exigiam a constituição de novos saberes, relacionados, principalmente, a novos tipos de embarcações, novas maneiras de se orientar nos mares do hemisfério Sul; em resumo, novas maneiras de se localizar, diante da descoberta de novos céus e estrelas.

Em um trabalho de Guilherme Amaral Luz, encontramos outra definição de cosmografia para o século XVI:

“Acreditar em ‘coisas que não viu, nem de que nunca teve notícia’, torná-las visíveis, explicá-las razoavelmente de acordo com modelos científicos aceitáveis, incorporá-las ao saber do mundo,

⁸³ MEDINA, Pedro de. *A Navigator's Universe. The libro de Cosmografia of 1538 by Pedro de Medina*. Tradução e Introdução: Ursula Lamb. Chicago: The University of Chicago Press, 1972, p.3

⁸⁴ Nome recorrentemente utilizado por pilotos e cronistas para o Oceano Atlântico.

conferir a elas duração histórica, fazer com que elas adquiram sentido são tarefas que, no século XVI, dizem respeito, mais do que a qualquer outra personagem, aos cosmógrafos. Para cumprir tais tarefas, vários saberes são mobilizados: a astronomia, a matemática, a medicina, a fisiologia e podendo muitos gêneros concorrer em um único texto: a cosmografia, a narrativa de viagens, a problemata, o diálogo, a história... A invenção de Vespúcio é responsável pelas necessidades das tarefas do cosmógrafo quinhentista, personagem que se vê, cada vez mais, convidada (ainda que raramente atendesse ao convite) a sair de seus gabinetes no velho continente para navegar aos quatro cantos da terra na busca por mais conhecimento, mais notícias de mundos novamente descobertos e, assim, por melhor compreensão e domínio do orbe. Nesse mundo recém vislumbrado e a ser descoberto, em que as novidades do espaço combinam-se com as novidades do passado, o saber cosmográfico deve abrir passagem para a necessidade da experiência: do olho e do ouvido do homem comum, de missionários e até de degredados que se embrenham entre terras estranhas, bem para lá de desertos e abismos do oceano, habitada por seres e homens nunca antes vistos e brevemente comentados por autores como Plínio, Mandeville, Marco Polo ou Pierre d'Ailly.”⁸⁵

Em uma época de tantas novidades, o cosmógrafo era o responsável por assimilar todo o novo conhecimento, seja ele a respeito dos homens, da natureza ou da astronomia, peça fundamental para a navegação. E quando nos perguntamos que tipo de cosmógrafo era Thevet, podemos afirmar que foi um daqueles que abandonou seu gabinete europeu e viajou para os demais continentes da Terra, em busca de informações para seus escritos. Já que o cosmógrafo era o

⁸⁵ LUZ, Guilherme Amaral. “Carne Humana do Orbe: O canibal em cena no teatro do mundo.” In: *Carne Humana: a retórica do canibalismo na América Portuguesa quinhentista*. Campinas: 2003, tese de doutorado. p.145. A tese aqui utilizada foi editada, em 2006, com o título *Carne humana: canibalismo e retórica jesuítica na América portuguesa (1549-1587)*. Uberlândia: EDUFU.

responsável por incorporar as descobertas recentes ao saber tradicional, Thevet – mais do que acreditar no relato dos que viajaram e escreveram a respeito do que viram – preferiu sentir o cheiro das novas terras, saborear seus frutos e ver, ora admirado, ora horrorizado, os novos homens e seus costumes. Lembramos aqui que, em sua obra *Cosmografia Universal*, Thevet afirmou aos leitores que conhecia todo o mundo da época, o que procura sustentar relatando suas experiências na Europa, África, América e Ásia. Ademais, seus textos confirmam o conceito apresentado por Guilherme Amaral Luz, na medida em que misturam, claramente, diferentes gêneros literários, confundindo-se sempre a narrativa literária com o saber cosmográfico.

É necessário ressaltarmos que este *orbe*, que é alvo da descrição cosmográfica, é também o próprio objeto constituído pela cosmografia, já que a maneira como narrava o mundo e seus habitantes fazia com que o cosmógrafo criasse, de acordo com suas idéias, e no caso de Thevet, também de acordo com seu olhar, seu próprio *orbe*, seu próprio mundo.

Em outro livro, Frank Lestringant apresenta-nos uma definição de cosmografia muito importante para este trabalho. Ela está relacionada a uma antiga definição, atribuída a Ptolomeu, reconhecido como grande autoridade, dentre os autores retomados no Renascimento. Para Ptolomeu, a cosmografia era a descrição do mundo pelos círculos celestes. Sobre isto, Lestringant escreve:

“... o modelo cosmográfico é um ponto de vista geométrico sobre o mundo, é o compasso do arquiteto divino traçando, sobre a esfera, os grande e pequenos círculos que fornecem o esboço do mapa-múndi e permitem ao navegador estabelecer sua rota sem outros recursos além dos astros.”⁸⁶

⁸⁶ LESTRINGANT, Frank. “Le récit de voyages et la questions de genres: l'exemple des Singularitez de la France Antartique d'André Thevet.” In: *Revue française d'histoire du livre*, n° 96-97, 1997, p.253.

É interessante notar que ambas as definições – a de Guilherme Amaral Luz e a de Frank Lestringant – abordam a questão da geometria e da matemática como partes integrantes deste modelo cosmográfico que surgiu no século XVI. Além de seu papel narrativo, de descrever, até exaustivamente, os mares, animais, flora, homens, hábitos que os europeus encontravam em suas viagens, podemos perceber que a cosmografia incluía uma matematização do mundo, assentada em cálculos absolutamente diferentes do que se fazia na Idade Média. Como se sabe, o período medieval caracterizou-se por uma visão religiosa do mundo dos homens, atribuindo à Providência ou a castigos divinos todas as manifestações naturais, o que incluía as humanas. Já no período em que esta pesquisa se situa, há um relacionamento duplo com as explicações daquilo que se vê ou vive. Ora, notamos explicações religiosas muito evidentes, como o fato de os franceses protestantes não empreenderem a evangelização dos índios tupinambás, por acreditarem que estes estavam predestinados ao inferno; ora, notamos explicações que hoje podemos chamar de científicas, como a navegação pela observação do céu, as tabelas de localização geográfica e os cálculos que envolviam sua confecção. É certo que não trabalhamos aqui com uma visão evolucionista da história da ciência, que vê um progresso no período moderno em relação ao medieval, quando se muda da religião para a razão. Sobre isso, concordamos com a abordagem de Reyner Hookaas, que afirma:

“Em vivo contraste com a abordagem progressista temos uma mais fenomenológica e imaginativa. Esta considera que a principal tarefa do historiador é reviver o passado, penetrar no espírito dos predecessores, imaginar os aspectos políticos, sociais e culturais do seu contexto, reconstituir as suas concepções metafísicas, éticas e científicas e tentar identificar-se, tanto quanto possível, com suas personalidades. Colocando-se ao seu lado no centro do labirinto, acaba por entrar com eles mesmo nos becos sem saída; aprecia positivamente os relatos dos fatos conhecidos naquela época, vendo-

os inseridos no sistema teórico generalizante aceite na altura, mesmo quando posteriormente essas teorias se verificam falsas. Acaba então por reconhecer que a saída do labirinto dificilmente teria sido encontrada sem a ida até o fim dos becos sem saída. Acaba também por reconhecer que foi por os nossos predecessores terem entrado nos becos sem saída, que puderam colocar para nós os sinais avisadores de 'trânsito proibido'. Esta reconstituição do passado mostrar-lhe-á que por incompletos que fossem os dados conhecidos, e por obsoleta que fosse a opinião defendida, o método pode ter sido científico, embora o resultado não fosse 'verdadeiro'. Hoje pode saber-se que os seus resultados científicos não estão em conformidade com a realidade física, mas apesar disso podem ter estado em conformidade com o que então era considerado a realidade física, tal como eram obtidos pela observação e por um pensamento consistente.”⁸⁷

De acordo com tal pensamento, trabalhamos com o pressuposto de que a matematização e a medição do mundo já eram utilizadas na Antigüidade, mas ganharam um novo peso e significado no período das grandes descobertas, pois antes compunham a parte inferior das artes liberais, ao passo que, no período em questão, as artes matemáticas, tais como a astronomia e a mecânica, tornaram-se parte significativa da ciência, enquanto a filosofia natural especulativa ia sendo cada vez mais relegada a um segundo plano.

Pensando neste novo papel que a matemática, a astronomia e a física passaram a ter, temos de atentar para o papel de Portugal, pioneiro nas grandes descobertas geográficas, como também no aprimoramento das técnicas de navegação, onde se empregavam todas estas ciências. A partir de Portugal, os

⁸⁷ HOOYKAAS, Reyer. “Contexto e Razões do Surgimento da Ciência Moderna”. In: *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimientos Europeus*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, p.166.

conhecimentos acabaram se espalhando por toda a Europa, chegando à França e, conseqüentemente, às mãos e ouvidos de Thevet.

Vejamos, agora, o papel de Portugal na história da cosmografia, no início da Idade Moderna.

Portugal herdou dos árabes e judeus grande parte de seus conhecimentos a respeito de astronomia, os quais, por sua vez, os herdaram dos antigos. O período compreendido entre os séculos VIII e XIV corresponde ao desenvolvimento da astronomia *islâmica*. No século XV, ao invés dos árabes, os conhecimentos cosmográficos estavam, principalmente, nas mãos dos astrônomos e matemáticos judeus. Sendo o Renascimento, como sabemos, caracterizado, em linhas gerais, pela retomada de valores e saberes da Antigüidade clássica, isto também acontece quando pensamos na matemática e na astronomia.

Na Mesopotâmia, por exemplo, já se observava as órbitas estelares e construía-se rústicos astrolábios, entre 1400 e 900 a. C, podendo-se encontrar 700 registros de eclipses para esse período. Desde o século V a.C, a teoria da influência do clima sobre todas as esferas da vida havia se estendido pelo mundo antigo, sendo importante notar que a geografia grega dedicou grande atenção à chamada geografia humana dos países estrangeiros, aos seus usos e costumes, à organização política e militar, às formas de vida, de vestir, à aparência física e às atividades econômicas. Estrabão, em sua *Geografia*, trabalhou, além de toda a questão humana e cultural, os fenômenos celestes, o que havia na terra e no mar, afirmando que se interessava por tudo o que via. Ao voltar sua atenção para o mar, sua escrita é surpreendente:

“... pois somos de certo modo anfíbios e não precisamente mais terrestres do que marinhos.”⁸⁸

⁸⁸ STRABÓN, *Geografia*. Introdução: J. Garcia Blanco. Tradução: J. L. Garcia Ramon e J. Garcia Blanco. Espanha: Editoria Gredos, 1991, Livros I e II, p.230.

Ainda em relação à herança grega, faz-se necessário dizer que foi Pitágoras o primeiro a dar o nome de *cosmos* ao envoltório do universo, como também o primeiro a ter revelado que a estrela da manhã e a estrela da tarde eram a mesma e correspondiam ao planeta Vênus. Tal constatação ele trouxe de sua viagem à Babilônia. Contudo, o grande nome grego que influenciaria Thevet – assim como outros cosmógrafos da época – foi Cláudio Ptolomeu, que floresceu no século II da nossa era e é considerado o último astrônomo importante da civilização grega. Sua atividade científica se deu, aproximadamente, entre os anos 127 e 150, tendo seu livro *Almagesta* chegado à Europa por intermédio dos árabes. Segundo esta obra, o céu é uma vasta esfera que gira em torno de um eixo, enquanto a Terra, imóvel ⁸⁹, ocupa o centro dos céus. Sobre Ptolomeu, Pierre Verdet afirma:

“Mas o triunfo de Ptolomeu reside em sua teoria dos planetas: às vezes levemente retocada, ela estará na base de todas as tábuas da Idade Média. Até o fim do século XVI, sua teoria epicíclica dos planetas será unanimemente aceita”. ⁹⁰

A principal obra de influência ptolomaica, no final da idade Média, foi a *Geografia*, traduzida para o latim em 1406, sabendo-se que já circulava na França no primeiro quartel do século XV.⁹¹ Nela, por conta do alongamento do continente africano, os oceanos Pacífico e Índico não se comunicavam, o que impossibilitaria a circunavegação da África, praticada pelos portugueses, a partir do final do século XV. Seu estudo começou pelos acadêmicos da época, ainda que nem sempre de forma muito profunda, visto que muitos autores, como nosso frade

⁸⁹ A mobilidade da Terra foi defendida por Copérnico no século XVI, quando notou uma modificação lenta e progressiva no eixo da Terra, concluindo que se o pólo norte mudava de direção, a Terra não desfrutava da imobilidade absoluta defendida por Ptolomeu.

⁹⁰ VERDET, Jean Pierre. *Uma história da Astronomia*. Tradução: Fernando Py. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991, p.54.

⁹¹ RANGLES, W. G. L. “O redescobrimento da geografia de Ptolomeu na Itália do Renascimento e o seu impacto em Espanha e Portugal durante os descobrimentos. In: DOMINGUES, Francisco Contente e BARRETO, Luis Filipe (org). *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimientos Europeus*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, vol. 1, p.145.

francês, utilizaram-se dos escritos de Ptolomeu mais para credenciarem seus escritos do que para dar compreensão aos leitores de suas obras. Já a compreensão da *Geografia* de Ptolomeu pelos pilotos e marinheiros foi quase nula, visto que a “gente do mar” era, em grande parte, iletrada e sobrevivia nos mares mais pela experiência ou sorte do destino. A parte da obra mais difícil de se decifrar e aplicar para os marinheiros parece ter sido a representação da curvatura da Terra e a convergência dos meridianos, pois nas cartas de navegar os meridianos eram representados como linhas paralelas e formavam ângulos retos com os paralelos. Apenas no século XVII, algumas das idéias de Ptolomeu chegaram ao conhecimento de uns poucos marinheiros.

No início da época das grandes navegações, os pilotos portugueses utilizavam técnicas usadas há muito tempo nos mares do norte e no Mediterrâneo. Nos mares do norte (Inglaterra e Flandres), os pilotos navegavam sem cartas, guiando-se pela profundidade e amplitude das correntes. No Mediterrâneo, havia também outros métodos, como a bússola, o aproveitamento do regime dos ventos e a as cartas náuticas. O conhecimento ainda era reduzido e bastante simples – embora atendesse às necessidades de navegação. Os instrumentos empregados não passavam do relógio de areia, da agulha magnética com a rosa dos ventos, um par de compassos e régua para marcar os pontos e soltar rumos nas cartas, a toleta, as regras das marés, regimentos para determinar as horas da noite pelo alinhamento da estrela Polar. Todavia, quanto mais os portugueses avançavam para o sul da África, tornavam-se necessários outros meios de navegação. Logo, precisaram observar a altura das estrelas para se localizarem, surgindo a navegação por alturas, recorrendo-se à Polar e outras estrelas de maior visibilidade. Depois, veio a observação do Sol, a fim de se calcular as distâncias norte-sul.

Houve também a necessidade da criação de novas cartas de navegação, que incluíssem uma escala de latitudes, exigindo um novo levantamento das costas já cartografadas. Para atender a este propósito, a primeira viagem de Diogo Cão, durante o reinado de D. João II, contou com a participação de

“consagrados cosmógrafos”, para ajudarem os pilotos na resolução de problemas náuticos e cartográficos.⁹² É evidente que os pilotos não tinham condições de fazer os cálculos da latitude pelo Sol, à maneira dos hábeis cosmógrafos da época, sendo que foi preciso dar-lhes instruções de astronomia e instrumentos simplificados (quadrante e astrolábio), bem como regras fáceis de se calcular. Parece-nos que o grande mérito português foi perceber esta dificuldade dos homens do mar e criar métodos que lhes fossem passíveis de assimilação, o que promovia um certo encontro entre o cosmógrafo e o piloto, entre a teoria e a prática, criando-se assim a navegação astronômica. Seus fundamentos foram elaborados em cinco regimentos, até fins do século XVI, e que são: Regimento do Norte (latitude da Polar), Regimento da Declinação (latitude do Sol), Regimento das Léguas, Regimento das Horas da Noite pelo Cruzeiro do Sul e Regimento da altura do pólo pelo Cruzeiro do Sul.

Este conhecimento técnico e mais esmiuçado logo se espalhou pela Europa e, em poucas décadas, Portugal perdeu a supremacia da navegação astronômica. Havia, por exemplo, um grande esforço espanhol e francês no sentido de se obterem os serviços de pilotos e cartógrafos lusitanos, a ponto de, no século XVI, haver vinte e cinco técnicos portugueses a serviço da França.⁹³

Como foi dito, em 1547, já havia o cargo de cosmógrafo-mor em Portugal, exercido por Pedro Nunes, que foi sucedido por Tomás da Orta, em 1582. Além disso, existe um “Regimento do Cosmógrafo-Mor”, datado de 1592, mas que reformava um regimento anterior, de 1559. Em 1591, o famoso cosmógrafo João Batista Lavanha assumiu o cargo e, provavelmente, deve ter sido o redator do regimento de 1592.⁹⁴ Este regimento continha as seguintes determinações: regulamentação do cargo de cosmógrafo-mor pelo rei; as cartas de navegação e os instrumentos somente podiam ser feitos por pessoas da confiança do cosmógrafo-mor, os quais, depois de terminados, deveriam ser levados, em dez

⁹² MOTA, A. Teixeira da. “A evolução da ciência náutica durante os séculos XV e XVI na cartografia portuguesa da época.” In: *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigações do Ultramar*. Lisboa, 1961, p.9.

⁹³ Idem, p.11.

⁹⁴ Embora não se tenha nenhum registro com o nome do redator do Regimento de 1559, historiadores acreditam que ele foi escrito por Pedro Nunes.

dias, para a aprovação do cosmógrafo-mor; pagamento pelo exame das cartas e instrumentos, valendo lembrar que a posse de cartas e instrumentos sem exame e aprovação, implicava degredo de cinco anos para a África e cem cruzados de multa. Mais ainda, o cosmógrafo-mor tinha o direito de convocar as pessoas para apresentarem seus mapas e cartas para exames, ficando as infrações sob alçada do cosmógrafo-mor e, por fim, o cosmógrafo-mor podia intervir na definição e demarcação de qualquer terra, costa, mar ou descobrimento.

Quando atentamos para as inúmeras regras que o regimento impôs àqueles que se aventurassem ao mar, temos a impressão de que as viagens portuguesas eram muito organizadas e seus pilotos preparados e bem equipados. Entretanto, ao analisar os documentos referentes ao Regimento de 1592, Mota nos diz que não há qualquer documento que comprove a punição de algum navegante que portasse carta sem autorização ou aprovação do cosmógrafo-mor. Da mesma maneira, poucos registros existem a respeito da apresentação das cartas e instrumentos a este profissional.⁹⁵

O Regimento também revela a preocupação com o nível de conhecimento dos pilotos portugueses, ordenando que estes se instruissem junto ao cosmógrafo-mor:

“E porque as navegações e viagens que destes reinos se fazem são muitas e diversas e para tão diferentes partes, como para Índia Oriental, toda Guiné e para o Brasil e outros portos e ilhas do senhorio destes reinos, e são informados que para a segurança de tão longas e importantes viagens é necessário ajudar-se esta arte da navegação com haver lição dela para a ouvirem os pilotos, sota-pilotos mestres, contramestres, guardiães a cujo cargo está o governo das ditas viagens e navegação delas e de cuja insuficiência e falta de experiência procedem muitos dos desastrados sucessos

⁹⁵ MOTA, A. Teixeira da. “Os Regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal.” In: *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigação do Ultramar*. Lisboa, 1969, p.13.

delas – mando que daqui em diante se leia uma lição de matemática para os ditos oficiais ouvirem alguns cursos dela, e também a gente nobre para se habilitar, para me poder melhor servir nas empresas e conquistas que se fizerem pelo mar. A qual lição o dito Cosmógrafo-mor será obrigado a ler todos os dias, uma ora cada dia, na casa para isto ordenada, no verão das oito horas até as nove e no inverno das nove até as dez,.que durará de dia de São Lucas (18 de outubro) até véspera de São João (23 de junho), porque o mais tempo do ano lhe ficam em férias para nele continuar com as outras obrigações de seu cargo contidas neste regimento.”⁹⁶

Nessas lições, deveriam ser ensinados os círculos da esfera e para que servissem, a forma do universo, os movimentos do sol e da Lua (para entendimentos das luas e marés), como se usar as cartas, o astrolábio, o quadrante e a balestilha. Para os mais avançados, deveriam ser ensinados o tratado da esfera e o uso do astrolábio de lâminas. Novamente, a teoria e a prática apresentavam-se em descompasso, na medida em que apenas em Lisboa havia a dita lição do cosmógrafo, e sabe-se que mesmo aí muitos eram os pilotos e mestres que saíam ao mar portando apenas sua própria experiência.

Embora sejam muito diferentes os regimentos dos conhecimentos práticos dos marinheiros, é certo que os portugueses se aventuraram ao Oceano antes das outras nações e isto lhes permitiu – e exigiu – um conhecimento maior do mar e das regiões a que ele os levava. A questão da localização tornou-se ponto crucial, pois quando se saía do pequeno e familiar Mediterrâneo para enfrentar o “mar Oceano”, ou quando se cruzava a linha do Equador e se descobria um novo céu, com novas estrelas, não mais servindo a localização da Polar, eram necessários novos saberes, que pudessem assegurar a própria sobrevivência dos navegadores. Muitos foram os navios que sumiram perdidos, em busca da localização correta, inúmeros aqueles que partiram e não voltaram, simplesmente

⁹⁶ Idem, p.31

porque a madeira do navio estava estragada ou porque, em certo momento da viagem, em meio à tempestade e céu fechado, não sabiam se rumavam para o sul ou norte. Em resumo, se para os reis e comerciantes investir em conhecimento astronômico e matemático tenha decorrido de interesses financeiros, para a gente do mar havia um motivo a mais – a necessidade de encontrar o caminho de ida e o de volta. Estes diferentes interesses fizeram de Portugal o país pioneiro na navegação astronômica, que utilizava a matemática e a observação do céu como fundamentos. De alguma maneira que não sabemos precisar, este conhecimento tão rebuscado de cosmografia foi *descendo* até o convés dos navios, alcançando pilotos, mestres e até marinheiros e incorporando-se às experiências próprias de cada um. Descobrimos, então, um universo complexo que envolvia os portugueses quinhentistas, associando os interesses econômicos de uns à necessidade de sobrevivência de outros. Sobre este novo cosmos que se apresenta ao historiador, Darnton escreve:

“O contato com o passado altera o sentido do que pode ser conhecido. Estamos sempre nos ombreando com mistérios – não simplesmente a ignorância (fenômeno familiar), mas a insondável estranheza da vida entre os mortos. Os historiadores voltam deste mundo como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade dos outros. Quando retomamos nossa rotina diária, às vezes contamos com entusiasmo nossas histórias ao público. Mas poucos param para ouvir. Como o velho marinheiro, falamos com os mortos, porém temos dificuldade em nos fazer ouvir entre os vivos. Para eles, somos maçantes.”⁹⁷

Podemos observar que o pioneirismo lusitano serviu para justificar suas descobertas, pois sem todo aquele conhecimento não se poderiam alcançar as

⁹⁷ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. Tradução: Denise Bettmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990, pp.13-14.

novas terras ou retornar delas e a elas. A questão do avanço português na astronomia estava presente nos discursos importantes e célebres da época, no sentido de legitimar a posse das terras que encontravam. Pedro Nunes – um dos mais importantes cosmógrafos de seu tempo – afirmou que Portugal encontrou muitas coisas novas, como novos mares, novas correntes marítimas, novos ventos, novas ilhas, novas terras e novos homens; porém, o que mais o impressionou foi a descoberta de um novo céu e novas estrelas. O relato do piloto de Cabral, por sua vez, tem um discurso muito parecido, na medida em que pouco se preocupou em relatar os homens e a natureza que via, mas destacou a posição das estrelas e como pôde determinar a latitude do novo mundo, a partir da posição do Sol. Nos anos seguintes, pilotos de outras nações relatariam algumas vezes direções de rotas e latitudes para chegar ao Novo Mundo, mas nenhum deles fez descrições astronômicas como parte de seus registros oficiais de descoberta, sobre o que Patrícia Seed afirma:

“Por trás do conceito de descoberta estava a posição pioneira de Portugal na ciência da astronomia náutica. (...)...os portugueses reivindicavam o direito de monopolizar o acesso às regiões que não se poderiam atingir sem as técnicas que eles foram os primeiros a desenvolver.”⁹⁸

Os navegadores que cruzaram os mares do Sul, centenas de anos antes, já conheciam suas estrelas e tinham nomes para elas; porém, foram os portugueses os primeiros a rastreá-las em termos matemáticos, com o intuito de usar estes dados para a navegação celeste. É notório que o nome que deram às estrelas em forma de cruz, nos mares do sul, ainda hoje é adotado em grande parte do mundo, o Cruzeiro do Sul.

Ainda no final do século XIV, o monarca português convidou Jacob Abrahan Cresques, filho do famoso cartógrafo judeu de Barcelona, para desenvolver as

⁹⁸ SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492 – 1640)*. Tradução: Lenita R. Esteves. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 145.

cartas de navegação portuguesa, chamadas também de cartas-portulanos. Estas logo se tornaram obsoletas, pois foram desenvolvidas para a navegação no Mediterrâneo, criadas para sua costumeira navegação costeira e empregando apenas as orientações pela bússola, em que as direções do norte e sul sofrem as variações do magnetismo terrestre, fenômeno conhecido como declinação da agulha – que aponta o norte magnético e não o geográfico, formando-se, em conseqüência, um ângulo entre as duas direções. Mesmo tendo sido considerável o esforço do monarca para contratar o famoso cartógrafo para elaboração das cartas, na década de 1440, suas técnicas foram substituídas pela observação astronômica, começando-se a utilizar as estrelas para verificar, no mar, a direção em que se navegava e estabelecer onde se estava quando os navios aportassem no Atlântico Sul. Isto porque:

“Chegando a portos de regiões que ninguém havia navegado antes, e para as quais não havia mapas nem guias, os navegadores portugueses identificavam estes lugares voltando-se para os objetos mais estáveis e previsíveis que conheciam, ou seja, o Sol e as estrelas.”⁹⁹

Todo este ambiente de novidades no mundo lusitano foi o grande laboratório para nosso cosmógrafo e para outros contemporâneos, lembrando-se que as tentativas de se manter sigilo sobre esses conhecimentos acabavam frustradas, por conta de subornos e espionagens. Além disso, é importante considerar que estamos inseridos em um período histórico em que a questão da autoria, dos direitos pelo conhecimento, eram muito rudimentares. Ademais, as fronteiras entre as nações ainda eram frágeis, facilitando a difusão do conhecimento. Um exemplo claro disto é o fato contado por Jean de Léry, em seu livro *Viagem à Terra do Brasil*, afirmando que demorou para publicar seus escritos a respeito do Brasil porque havia perdido os manuscritos originais, que

⁹⁹ Idem, pp. 155-156.

posteriormente encontrou na biblioteca de um nobre francês, ao lado do livro de Hans Staden.¹⁰⁰

Fernando Bouza, em sua obra *Corre Manuscrito*, descreve um ambiente europeu, onde a imprensa e os manuscritos concorrem e disputam espaços, mostrando-nos que, de maneira alguma, a imprensa veio suprimir e extinguir os manuscritos, os quais também tinham a função de fazer circular e espalhar a informação.¹⁰¹ É neste mundo nascente das letras, em que a escrita adquiria cada vez mais importância, que vemos os conhecimentos desenvolvidos em Portugal espalharem-se pelas nações européias, suas cartas náuticas serem copiadas e chegarem às mãos de Thevet, seus instrumentos aperfeiçoados pelas experiências portuguesas estarem presentes nas embarcações das mais variadas nações. Em vários momentos de *Singularidades da França Antártica*, seu autor fez referência aos portugueses e seus conhecimentos:

“Pessoas bem entendidas em náutica, portugueses e espanhóis, dizem, finalmente, conforme o consignaram em suas cartas marítimas que a ilha do Ferro se acha precisamente sob a linha diametral – limite de tudo que corre de norte a sul. Assim como a linha equinocial indica as longitudes de levante a poente, os diâmetros marcam as latitudes, de norte a sul. Os diâmetros são diferentes em comprimento, pois cada um deles soma 360 graus, tendo cada grau 17 léguas e meia. Por outras palavras: se a linha equinocial divide a esfera em duas partes, com seus vinte e quatro climas, doze no ocidente e doze no oriente, - a linha diametral, passando pela ilha do Ferro (a exemplo do Equador, que passa pelas

¹⁰⁰ LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Trad. e notas: Sérgio Milliet. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

¹⁰¹ BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito – Una historia cultural del Siglo de Oro*. SL: Marcial Pons, 2001.

ilhas de São Tomé), corta pela metade, de norte a sul, os paralelos e a esfera inteira.”¹⁰²

Neste trecho, o cosmógrafo reconhecia a superioridade de portugueses e espanhóis na arte de navegar, demonstrando que conhecia seus saberes e fazendo referência direta às cartas marítimas dos primeiros. Mais adiante, Thevet revelou seu contado com pilotos portugueses:

“A fim de descobrir e cultivar essa região (ilhas da Madeira) foi preciso, conforme me contou um mestre piloto português, lançar fogo aos bosques...”¹⁰³

Outra passagem do livro do francês é reveladora. Chegando à Ilha da Ascensão, Thevet contou que as pessoas que estavam no navio queriam chamar a porção de terras de Ilha dos Pássaros, em função do número de aves ali presente. Contudo, como cosmógrafo da expedição, ele consultou as cartas marítimas e fez a correção:

“... consultando-se, todavia, as cartas marítimas, verificou que o ilhéu tinha sido descoberto pelos portugueses e chamava-se Ascensão.”¹⁰⁴

Há dois dados importantes nesta pequena frase de Thevet. O primeiro é que provavelmente a carta marítima em questão teria sido feita por portugueses e de alguma maneira chegara às suas mãos. Segundo, notamos a autoridade que Thevet confere aos portugueses, dando-lhes o direito de nomear a ilha por terem sido os primeiros a atingi-la e colocá-la nas cartas, para localização dos viajantes.

¹⁰² THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.77.

¹⁰³ Idem, p.79.

¹⁰⁴ Idem, p.136.

Francisco Leite de Faria, em seu artigo “Ecos literários e impacto cultural dos descobrimentos portugueses no Atlântico”¹⁰⁵ trilha o caminho dos relatos de viajantes portugueses no século XVI e nos dá uma boa noção de como circulavam as informações neste período.¹⁰⁶ Leite relata que o mais antigo impresso sobre a navegação portuguesa no Atlântico é uma carta de Américo Vespúcio a Lourenço, filho de Pedro Francisco de Médicis, relatando sua viagem feita ao Brasil, a serviço ao rei de Portugal, em 1501-1502. Até 1550, a carta foi publicada, aproximadamente, 50 vezes, em Paris, Veneza, Augsburg, Roma, etc., também com o nome de “Mundus Novus”. Já a “Carta de Américo Vespúcio sobre as ilhas a pouco encontradas em quatro viagens suas”, escrita em Lisboa, em 1504, teve sua tradução para o latim publicada na França, em 1507.

Há ainda outros exemplos significativos sobre a circulação de conhecimentos de Portugal para a França de Thevet e outras regiões da Europa. Em 1507, imprimiu-se em Vicenza o texto “Países ultimamente encontrados e Novo Mundo intitulado por Américo Vespúcio Florentino”, que contém o relato do piloto anônimo, com sete edições em latim, na França, antes mesmo de 1530, e uma tradução francesa de que não se pode precisar exatamente a data. Em 1532, o humanista suíço Simão Grinaeus publicou, em Basileia, uma coletânea de viagens com o título “Novo Orbe das regiões e ilhas desconhecidas aos Antigos”. Logo, houve uma segunda edição, no mesmo ano, publicada em Paris pelo impressor Antonio Augireau. A famosa coletânea de relatos de navegações e viagens, compilada por João Batista Ramúcio, em Veneza, também foi traduzida para o francês, em 1566, e impressa em Lyon.

Por fim, a “História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses”, de Fernão Lopes de Castanheda (1551), teve sua tradução para o francês feita por Nicolau de Grauchy, sendo publicada em Paris, em 1553; em

¹⁰⁵ FARIA, Francisco Leite de. “Ecos literários e impacto cultural dos descobrimentos portugueses no Atlântico.”. In: *Mare Liberium – Revista de História dos Mares*. Nº 1, Lisboa, 1990, pp.93-103.

¹⁰⁶ É importante ressaltarmos que Francisco Leite de Faria trabalha apenas com os relatos impressos, dizendo que os manuscritos não tiveram impactos consideráveis na circulação do conhecimento. Neste sentido, concordamos com Fernando Bouza que dá um peso maior aos manuscritos, afirmando que o surgimento da imprensa não os extingue, apenas os faz concorrer com os impressos.

Anvers, em 1554, e novamente nestas duas cidades, em 1576. Do mesmo modo, encontramos uma tradução francesa dos “Doze livros sobre as ações do rei D. Manuel de Portugal”, escrito por D. Jerônimo, em 1572, servindo-se dos escritos de Damião de Góis, de 1566.

Ao atentarmos para a obra de Thevet, observamos que além de ter contato com as cartas marítimas e relatos dos portugueses, ele conhecia os escritos de outros cosmógrafos, mencionando este conhecimento em seus textos, com o intuito de ser mais bem credenciado como cosmógrafo, pois – além de afirmar-se como um cosmógrafo viajante, que conhecia pessoalmente o mundo que descrevia – também era estudioso do que outros escreveram. Vejamos o que ele afirmou ao descrever a Etiópia:

*“Se bem que alguns cosmógrafos já tenham suficientemente falado da Etiópia (até mesmo alguns, entre os mais modernos, que fizeram excelentes navegações por numerosas e longínquas regiões da costa africana), - todavia isso não me impede de descrever, dentro de minhas poucas aptidões intelectuais, umas tantas singularidades observadas nessa viagem ao longo do litoral etiópico, em direção à América.”*¹⁰⁷

Neste trecho, é clara a intenção de mostrar conhecimento de outros autores, sejam eles antigos ou modernos. Quanto à afirmação das poucas aptidões intelectuais – como era costume à época - parece-nos estar relacionada ao fato de dedicar seu livro ao rei, posicionando-se como um súdito modesto, a fim de convencê-lo a imprimir sua obra, bem como pode ser associada à questão de que o cosmógrafo deveria dar conta do cosmo, algo muito grande e impossível de se abarcar por completo. Em outros momentos do livro, ele também dialogou com outros cosmógrafos, muitas vezes contestando aqueles que ficavam na Europa escrevendo apenas a partir do que haviam lido nos autores antigos, o que os

¹⁰⁷ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.113.

levava a propagar mentiras, como no caso de alguns afirmarem que a zona tropical não poderia ser habitada por seu excessivo calor.¹⁰⁸

É neste mundo quinhentista, onde manuscritos e impressos circulavam e corriam de mãos em mãos, que Thevet adquiriu sua formação de cosmógrafo. O que havia exatamente nas gavetas de seu gabinete, os livros e relatos que leu não nos é possível dizer exatamente. O que podemos fazer é sondar nas palavras ditas ou não por ele o que pode ter sido componente da sua formação, entender quais valores e importância dava aos autores que citou e com os quais trabalhou em sua obra (o que não significa que os tenha lido ou estudado profundamente), no intuito de entendermos o que era um cosmógrafo do século XVI. Um cosmógrafo e não o cosmógrafo do século XVI, visto que Thevet tem suas particularidades, ligadas principalmente à sua origem e formação. Ressaltamos que muito se encontra a respeito da história da ciência em Portugal nos séculos XIV, XV e XVI; porém, são poucas as referências a países mais periféricos no movimento das grandes navegações, como é o caso da França. E foi por isso que optamos por começar nossa caminhada entre os lusitanos, até chegarmos ao nosso cosmógrafo-viajante francês.

Agora, vejamos como este novo conhecimento, que floresceu em Portugal e percorreu caminhos obscuros até chegar à França, aparece nas *Singularidades* de Thevet e como ele o utilizou, para se legitimar como cosmógrafo.

Ao longo do livro, Thevet procurou definir o que era ser um cosmógrafo, embora o fazendo em passagens curtas e avulsas. Todavia, notamos uma certa confusão quando tentou definir, com exatidão, o que significava tal função, que ora se confundia com a do cronista de viagem, ora com a do geógrafo. Vejamos um trecho onde isto aparece:

“Embora não fosse de meus intentos relatar, como compete legitimamente a todo geógrafo, os países, povoações, cidades, rios, golfos, montes, latitudes, localizações e outros assuntos pertinentes

¹⁰⁸ Idem, p.393.

ao estudo da terra, - todavia não é fora de propósito descrever algumas das mais notáveis regiões, que tive ocasião de ver, ou de que me pareceu oportuno falar.”¹⁰⁹

Todo o livro de Thevet descreve povos, natureza, localização geográfica dos locais onde passou, mas – neste passo do livro – ele afirmou que isto competia ao geógrafo. Esta confusão vem do fato de o Renascimento não compartimentar o conhecimento da maneira como fazemos atualmente, de modo que não se sabia ao certo o que cabia a quem exercesse cada função existente. Se Thevet não sabia exatamente o que era compatível com as atividades de um cosmógrafo, ele sabia ao menos o que não lhe cabia, visto que ao falar a respeito do queijo, com seus benefícios ou malefícios, percebeu que se perdera na escrita e corrigiu:

“Os selvagens americanos (vou tornar ao assunto, pois a um cosmógrafo não cabe tratar de medicina) passam sete ou oito meses na guerra...”¹¹⁰

As referências às cartas marítimas são uma constante nas *Singularidades* e o mesmo ocorre com as latitudes e longitudes. O modelo português de localizar geograficamente as localidades por onde passavam já estava presente na obra de Thevet, de forma que ele pôde nos dar a localização exata de cada parada que o navio francês fez durante sua viagem. Antes de dizer a respeito das características culturais, humanas e naturais das ilhas e terras por onde passaram, o cosmógrafo precisou sua latitude e longitude em graus. Além disso, Thevet procurava demonstrar, sempre, seus conhecimentos astronômicos,

¹⁰⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p.96.

¹¹⁰ Idem, p.76.

explicando, por exemplo, os solstícios de inverno e verão¹¹¹ e também explicando, minuciosamente, que a linha do Equador era:

“... um traço imaginário do sol, que divide o universo em partes iguais, passando pelo seu centro duas vezes ano, uma vez a 11 de março e outra vez a 14 de setembro. Em ambas as ocasiões o sol, indo de oriente a ocidente, passa diretamente pelo zênite da terra, traçando este círculo imaginário, paralelo aos trópicos e as outras zonas situadas entre ambos os pólos, estando no nadir para os que habitam no lado oposto. Durante todo o ano, a não ser nos dias acima indicados, o sol percorre obliquamente a eclíptica, no zodíaco.”¹¹²

Contudo, Thevet nada escreveu a respeito das linhas imaginárias, valorizando muito a observação e mostrando-se atento ao que via no céu:

“...começaram a ser vistas quatro estrelas de admirável brilho e grandeza, dispostas em forma de cruz, que ficavam, todavia, bem longe do pólo antártico. Os marujos que navegam por essas paragens dão-lhe o nome de Carro. Pessoas da expedição julgam que uma delas é a estrela do sul, sendo fixa e imóvel, como a estrela do norte, que se chama Ursa Menor. A Ursa Menor ocultou-se desde que a linha equinocial foi ultrapassada, do mesmo modo que várias outras estrelas do setentrão.”¹¹³

Os instrumentos desenvolvidos pela navegação astronômica também estão presentes na narrativa de Thevet, de maneira que ele os explicou,

¹¹¹ Idem, p.124.

¹¹² Idem, p.123.

¹¹³ Idem, p.138.

minuciosamente, várias vezes. Por exemplo, ao descrever uma expedição espanhola ao Rio da Prata afirmou:

*“... os espanhóis tomaram, com o astrolábio, a latitude do lugar e, assim, reconheceram o local onde se achavam. Esse instrumento é muito necessário à navegação, principalmente para aqueles que visitam os países longínquos, sem o qual ninguém estaria em segurança. A arte de medir a altura do sol, na verdade, excede a todas as outras, sendo uma ciência largamente reconhecida e praticada pelos antigos, sobretudo por Ptolomeu e outros notáveis mestres.”*¹¹⁴

Vemos aqui Thevet ressaltando a importância do astrolábio para a orientação nas longas viagens e voltando aos antigos, como criadores do instrumento. Entretanto, notamos um erro de Thevet, visto que ele não percebeu que o uso moderno do astrolábio, iniciado pelos portugueses, não foi uma aplicação direta do conhecimento dos antigos, mas foi feito a partir de alterações impostas pelas necessidades de navegação em alto-mar. O astrolábio é um instrumento de observação noturna de origem grega, datado do século II ou III. Entre os séculos VIII e XIV, o astrolábio foi aperfeiçoado pelos islâmicos e tornou-se um notável instrumento de observação astronômica, equipado com sofisticados mecanismos de cálculo, que facilitavam a determinação das constelações celestes e das horas da noite. Por volta do século XV, os astrolábios já eram populares em toda a Península Ibérica. Contudo, quando se tornaram rotineiras as viagens ao sul do Equador, os portugueses tiveram de adotar um ponto de observação fixo para os dois hemisférios, já que as estrelas eram variáveis. Escolheram o Sol e transformaram, através de complexas adaptações, o astrolábio em um instrumento de observação diurna.¹¹⁵

¹¹⁴ Idem, p.385.

¹¹⁵ SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista européia do novo mundo (1492 – 1640)*. Tradução: Lenita R. Esteves. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 145.

É mais do que provável que Thevet só conheceu o astrolábio após as modificações feitas pelos portugueses, e pensou ser o mesmo daqueles descritos pelos escritos antigos, com os quais teve contato. Pode ser, também, que seu contato com tais textos antigos não tenha sido direto, por isso não notou a grande diferença entre os dois instrumentos, que ganharam o mesmo nome, mas tinham sistemas de funcionamento muito diferentes.

No final do livro, Thevet faz um longo discurso a respeito do astrolábio, da bússola e das cartas de marear. Ainda que longo, o trecho merece ser transcrito e analisado:

“... antes de alcançar a linha equatorial, os pilotos e marujos experimentados sempre consultam os astrolábios, a fim de reconhecerem a distância e a latitude dos lugares. Como vem a propósito, direi alguma coisa desse instrumento tão necessário à navegação e à instrução dos que seguem o mister de marujos – ciência tão vasta que só muito dificilmente pode ser entendida pela inteligência humana. E, ao falar do astrolábio, não se deve esquecer a bússola, ou agulha de marear, por meio da qual também é possível guiar corretamente o navio.

A bússola é tão singular e simples que, com um pouco de papel, ou pergaminho, do tamanho da palma da mão (onde se traçam linhas indicativas dos ventos) e um ferrinho apropriado, mostra ela – sem ninguém lhe tocar e só pela natural influência de certa pedra, - o oriente, o ocidente, o setentrão e o meio-dia. Do mesmo modo, marca a bússola os trinta e dois ventos da navegação, em qualquer ponto do globo onde esteja a mesma colocada, assim como tem outras mais aplicações, que, no momento, precindo mencionar. Pelo que resulta, claramente, ser admirável a perfeição e a habilidade do astrolábio, da bússola e das cartas de marear. Basta ver como o incomensurável mar se reflete em tão pequeno espaço.

Tanto assim que são estes instrumentos os guias da navegação através do mundo.

O útil e precioso astrolábio não é outra coisa que a esfera achatada e representada em um plano, em cuja orla circular estão indicados 360 graus correspondentes aos da circunferência terrestre, subdivididos em quadrantes. Cada um dos quadrantes contém 90 graus, marcados por sua vez de cinco em cinco. Suspendendo-se o instrumento pelo anel e elevando-o ao sol, de modo que os raios penetrem pela abertura da alidade, e, observando-se, em seguida, pela declinação, a posição do ano, do mês e do dia, é tomada a altura do sol, subtraindo-se dela tantos graus quanto forem os que esse astro se afasta, ao sul, da linha equinocial, - isto é, se o observador estiver colocado diante do norte e o sol no meio-dia, que é o lado por onde se estende a América. Se, todavia, ao tomar a altura do sol, o observador estiver no meio-dia, além do equinocial, com sol ao norte, a subtração dos graus é feita relativamente ao declínio do sol para o pólo norte. (...)"¹¹⁶

A descrição detalhada do astrolábio nos revela o quão importante ele era para Thevet e todos os viajantes de sua época. A bússola também é referida por nosso frade como instrumento importante. Entretanto, devemos notar que, embora a descrição tenha sido feita com detalhes, ela não é técnica e revela pouca familiaridade com o instrumento. No geral, parece-nos que Thevet os conhecia de observar sua utilização por pilotos e mestres. Através desta descrição com algumas falhas, não conseguimos imaginar Thevet em meio ao oceano calculando sua posição em relação à Europa. Este aparente distanciamento de Thevet de tais instrumentos fez dele um cosmógrafo muito diferente daqueles que atuavam nos países Ibéricos e dos quais tratamos anteriormente. Notadamente, ele não

¹¹⁶ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica – a que outros chamam América*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 396-397.

possuía a erudição de Pedro de Medina, nem o entendimento de Pedro Nunes, autor do complexo *Tratado da Esfera*.

Mas, enfim, que espécie de cosmógrafo era Thevet, perguntamo-nos ao longo deste trabalho e, especialmente, deste capítulo. Para tal, montamos o cenário em que ele estava inserido, que incluía o pioneirismo português, com suas escolas de marinharia, suas aulas aos viajantes, seu investimento em astrônomos judeus, a busca de conhecimentos entre os árabes, herdeiros dos antigos. Se comparado aos cosmógrafos-mor lusitanos, Thevet adquire características muito peculiares. Tem menos erudição e um conhecimento dos instrumentos de localização advindo mais da observação do que do uso. Para compreendermos Thevet como cosmógrafo, temos de vê-lo, também, como um viajante observador, que para se legitimar na função que lhe foi conferida pelo rei francês entrou nos navios e foi conhecer o mundo com seus próprios olhos. Isto lhe permitiu criticar os antigos, bem como os cosmógrafos que ficavam em terra firme, escrevendo apenas sobre o que leram ou ouviram falar. Por fim, cabe lembrar que não apenas as descrições astronômicas é que fizeram dele um bom cosmógrafo, mas também a descrição de tudo que vivenciou, sua observação dos homens, mares, florestas e céus.

O tipo de navegação em que Thevet estava envolvido era, sim, herdeiro da navegação astronômica inaugurada pelos Portugueses; contudo, ele era um cosmógrafo muito diferente dos lusitanos, pois mais do que o conhecimento astronômico, matemático e dos autores antigos, Thevet prezava as viagens que fazia e as experiências pessoais que estas lhe ofereciam.

Conclusão

Chegar ao final de um trabalho, ironicamente, nos leva a perguntar o que – afinal – nos teria levado a ele. Em nossa pesquisa, a grande indagação era saber que imagem de cosmógrafo Thevet construiu para si mesmo, a partir de seus escritos, na medida em que se apresentava como tal constantemente. Escolhemos a obra *Singularidades da França Antártica* por ter uma característica muito específica: embora seja um relato de viajante, como tantos outros de que temos conhecimento, seu autor não é apenas o escrivão, não é o responsável pelas cerimônias religiosas – embora tivesse formação para realizá-las – ele é o cosmógrafo real da França.

É necessário dizer que nossa curiosidade pela obra de Thevet começou ainda em uma pesquisa de iniciação científica, financiada pela FAPESP, durante o ano de 2004. Nela, estudamos os escritos de André Thevet e Jean de Léry, enfatizando o contexto das guerras religiosas, que formavam o fundo histórico em que ambos escreveram. Observamos que o catolicismo de Thevet e o calvinismo de Léry deram a suas obras interpretações distintas do nativo brasileiro e até dialogaram entre si. O primeiro, apoiava a colonização e a catequese, na medida em que via nos ameríndios lampejos divinos, prontos para serem acendidos por fervorosas pregações e missões religiosas. Já Léry, adepto da teoria da predestinação, considerava os nativos em estado selvagem não destinados ao céu, sendo inútil a evangelização e processos intensivos de civilização. Para ele, importava estabelecer relações comerciais e amigáveis com tais povos.

Entretanto, ao atentarmos com cuidado para a obra de Thevet, percebemos que, em nenhum momento, ele se apresentava anunciando-se como frade da expedição francesa ao Brasil. É evidente que em seus escritos existem muitos argumentos e explicações relacionados à sua crença; porém, não há em *Singularidades* qualquer referência a sua formação religiosa: Thevet insistiu sempre em assumir-se como cosmógrafo, procurando legitimar-se como tal, durante toda a sua narrativa. São constantes as citações a outros cosmógrafos de seu tempo, bem como as afirmações sobre o que um bom cosmógrafo da época deveria conhecer.

É evidente que não estamos procurando o o cosmógrafo do século XVI, nem partimos do pressuposto de que havia um modelo que deveria ser seguido por aqueles que quisessem ser chamados de cosmógrafos. Nosso estudo trata de um período em que as fronteiras entre as áreas de conhecimento ainda estavam muito difusas, não havendo nada estabelecido, por exemplo, que determinasse o que era um matemático. As formações eram mais amplas e abrangentes, ainda que, por vezes, mais superficiais. Nossa intenção foi entender que cosmógrafo Thevet construiu, que imagem de tal profissional ele tinha em sua mente e procurou espelhar em seus escritos. Outra preocupação que tínhamos, que estava

atrelada à primeira, era entender como ele inseriu o Brasil neste cosmo que buscava compreender e relatar.

Thevet foi um cosmógrafo diferente daqueles que atuavam em Portugal, pois – embora fosse de número reduzido – tinham um amplo conhecimento matemático e astronômico, o que no nosso francês aparece de modo superficial. Thevet não diz em sua obra que utilizou o astrolábio ou as cartas de marear para tomar distâncias e descobrir em que local estava. Ao contrário, suas afirmações vão no sentido de dizer que viu o astrolábio, com o qual os mestres e pilotos da embarcação tomavam a latitude das terras e ilhas onde aportavam. Seu conhecimento náutico e astronômico era pequeno: ele sabia explicar, ainda que confusamente, o que era o astrolábio, porém não sabia utilizá-lo na prática, além do mais porque, nas embarcações francesas, notamos que não cabia ao cosmógrafo o uso de instrumentos da navegação. Aliás, em toda a literatura de viagens, são raríssimos os casos de cosmógrafos-viajantes, cabendo aos pilotos – bem ou mal – as providências relativas à orientação e localização dos navios.

Então, qual era a função de Thevet como cosmógrafo da embarcação? O que ele fazia naquele navio que pudesse legitimá-lo como tal? Vemos que sua principal função era registrar, com detalhes, tudo o que ocorria na viagem, descrevendo os locais, povos, costumes e coordenadas geográficas por onde passava. Sua missão era escrever. Desta maneira, investigamos quais recursos utilizou em sua escrita para caracterizar seus escritos como cosmográficos, descobrindo então três mecanismos, que compuseram os três capítulos da dissertação. Para Thevet, ser um bom cosmógrafo significava conhecer o cosmo, objeto de seu estudo. Falar precisamente a respeito dos povos que o habitavam, incluindo seus costumes. Ao relatar sobre os tupinambás do Rio de Janeiro, dois aspectos chamaram sua atenção: a religiosidade, tão distinta da européia ou daquelas de que já tinha conhecimento (muçulmanos, povos politeístas da África) e a antropofagia. Além disso, vimos que Thevet buscava autoridade em dois aspectos que podem, a princípio parecer contraditórios; todavia, eram totalmente conciliáveis em sua época: a tradição e a experiência. Thevet deveria mostrar aos

seus leitores do Renascimento que tinha conhecimento dos escritos da Antiguidade, o que fez através de inúmeras citações ao longo de seu livro, sempre comparando hábitos dos antigos com os que encontrou aqui na América. Contudo, os antigos também foram citados por seus erros, já que Thevet também valeu-se da sua própria experiência para conferir veracidade a seu texto. Mais do que a tradição, o que seus próprios olhos viram ou o seu corpo sentiu, era prova da verdade sobre o cosmo. O peso dos antigos era menor do que o da experiência, já que aqueles não percorreram o mundo todo à procura de informações.

Por fim, o terceiro mecanismo a que recorreu para legitimar-se como cosmógrafo foi a utilização de alguns termos astronômicos e matemáticos da época. Também procurou definir o que era cosmografia e o que seria um bom cosmógrafo do século XVI.

Assim, nossa busca foi a respeito da representação de cosmógrafo que Thevet possuía, entendendo, sob a perspectiva da história cultural, que esta representação não foi retirada por Thevet da realidade, mas foi construída por ele mesmo, a partir de dados que retirou de sua vivência e do contexto histórico em que vivia. É oportuno, portanto, encerrarmos, então, esta dissertação com um expressivo excerto de Chartier:

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, a suas escolhas e condutas. Por isto esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social,

os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.”¹¹⁷

Bibliografia

Fontes:

THÉVET, André. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

_____. *Cosmographie universelle d'andre thevet cosmographe du roy*. Paris: Guillaume Chaudiere, 1575.

¹¹⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p.17.

Bibliografia Específica:

ALBUQUERQUE, Luís de. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. SI: Publicações Europa-América, sd.

BAUMANN, Thereza B. “Imagens do outro mundo: problema da alteridade na iconografia cristã ocidental”. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

BENNASSAR, Bartolomé. “Dos mundos fechados à abertura do mundo.”. In: NOVAES, Adauto (org). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito – Una historia cultural del Siglo de Oro*. SL: Marcial Pons, 2001.

BRUNO, Padre Mestre Cristóvão Bruno. *A Arte de Navegar (1628)*. Prefácio: A. Fontoura da Costa. SL: Divisão de Publicações e Biblioteca – Agência Geral das Colônias, 1940.

BURKE, Peter. *O que é história Cultural*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Introdução: Rodolfo Garcia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CARDOSO, Walter. “O imaginário ibérico dos séculos XVI e XVII, na origem do homem americano.” In: *Estudos de Historia*. Franca, v. 5, nº 1, 1998.

CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

DAHER, Andréa. “Relatos franceses e histórias portuguesas: os exemplos de Claude d’ Abbeville e de Pero de Magalhães Gandavo.” In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 16, setembro de 1996.

DE CERTEAU, Michel. “Os sistemas de sentido: O escrito e o oral.” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DELUMEAU, Jean. “Os agentes de Satã: I. Idólatras e Muçulmanos: - Os cultos americanos.” e “Onipresença do Medo” In: *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. Vol I.

Enciclopédia Einaudi. “Analogia e Metáfora”. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 11 – “Oral/ Escrito/ Argumentação, 1987.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – Mídia, Cultura e Revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

FARIA, Francisco Leite de. “Ecos literários e impacto cultural dos descobrimentos portugueses no Atlântico.”. In: *Mare Liberium – Revista de História dos Mares*. Nº 1, Lisboa, 1990.

FEBVRE, Lucien Paul Victor, *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução: Rui Nunes, Lisboa: Início, 1970.

FLEISCHMANN, Ulrich; ASSUNÇÃO, Mattias Rodrig; ZIEBELL-WENDT, Zinca. “Os tupinambá: realidade e ficção nos relatos quinhentistas.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, nº 21, set 90/ fev 91.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FREITAS NETO, José Alves de. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003.

FIORIN, José Luiz. “Identidades e diferenças nas construções dos espaços e atores do Novo Mundo”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo : EDUSP ; FAPESP, 2000.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira. Nove Reflexões sobre a distância*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HOOYKAAS, Reyer. “Contexto e Razões do Surgimento da Ciência Moderna”. In: *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Europeus*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1.

KARNAL, Leandro. *Teatro da Fé: Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

KERN, Arno Alvarez. “Fronteiras Culturais: Impactos e contatos na descoberta e colonização do Brasil.” In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, nº 1, 2000.

LEITE, José Roberto Teixeira. “Viajantes do imaginário: A América vista da Europa, século XV-XVII.” In: *Revista USP*, São Paulo, nº 30, junho/julho/agosto, 1996.

LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Trad. e notas: Sérgio Milliet. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

LESTRINGANT, Frank. *O Canibal – Grandeza e decadência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. *Mapping the Renaissance World – The Geographical Imagination in the Age of Discovery*. Califórnia: University of California Press, 1994.

_____. “A outra conquista: os huguenotes no Brasil. In: NOVAES, Adauto (org). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

____ “Le récit de voyages et la questions de genres: l'exemple des Singularitez de la France Antartique d'André Thevet.” In: *Revue française d'histoire du livre*, nº96-97, 1997.

LOPES, Edward. “Ler a diferença”. In : BARROS, Diana Luz Pessoa de (org). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo : EDUSP ; FAPESP, 2000.

LUZ, Guilherme Amaral. *Carne Humana: A retórica do canibalismo na América Portuguesa Quinhentista*. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Março de 2003.

____ “A antropofagia e o problema da alteridade no século XVI na América Portuguesa.” In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, nº1, 2000.

MEDINA, Pedro de. *A Navigator's Universe. The libro de Cosmografia of 1538 by Pedro de Medina*. Tradução e Introdução: Ursula Lamb. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

MICELI, Paulo Celso. *O ponto onde estamos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MOTA, A. Teixeira da. “A evolução da ciência náutica durante os séculos XV e XVI na cartografia portuguesa da época.” In: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1961

____ “Os Regimentos do Cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal.” In: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga – Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa, 1969.

PALAZZO, Carmen Lícia. “Imagens do Brasil nos relatos de viajantes franceses (século XVI a XVIII).” In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, nº 2, Dezembro de 1999.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. In: CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982

RANDLES, W.G.L. *The unmaking of the medieval Christian cosmos, 1500-1760: from solid heavens to boundless aether*. Aldershot: Ashgate, 1999.

____ “O redescobrimto da geografia de Ptolomeu na Itália do Renascimento e o seu impacto em Espanha e Portugal durante os descobrimentos.” In: DOMINGUES, Francisco Contente e BARRETO, Luis Filipe (org). *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimentos Europeus*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, vol. 1.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Tomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista europeia do novo mundo (1492 – 1640)*. Tradução: Lenita R. Esteves. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STRABÓN, *Geografia*. Introdução: J. Garcia Blanco. Tradução: J. L. Garcia Ramon e J. Garcia Blanco. Espanha: Editoria Gredos, 1991, Livros I e II.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios – Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERDET, Jean Pierre. *Uma história da Astronomia*. Tradução: Fernando Py. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.

WHITE, Hayden. “O tema do nobre selvagem como fetiche”. In: *Trópicos do discurso – Ensaio sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.